

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO
PROJETOS EXPERIMENTAIS -JED 1401

RELATÓRIO FINAL :

PLANEJAMENTO GRÁFICO E EDITORIAL DO
JORNAL DA APUFSC E DO JORNAL DA AFP;

ALUNA: GIOVANA KINDLEIN

ORIENTADOR: CÉSAR VALENTE

MARÇO DE 1985.

Agradeço em especial:

sumário

Professor César Valente por ter me orientado
realmente.

Mirela Vieira Marcelino por ter me ajudado na
elaboração do texto do jornal.

Professor José Francisco Fletes por ter me
apoiado nas inúmeras dificuldades.

01. Introdução

02. Jornal da APF - Conteúdo

03. Jornal da APF - Execução

04. Jornal da APF - Avaliação

05. Anexo - Jornal da APF "O Mensageiro"

06. Jornal da APUFSC - Contato com a sociedade

07. Jornal da APUFSC - Execução do jornal

08. Jornal da APUFSC - Avaliação

09. Anexo - Jornal da APUFSC "JA"

10. Bibliografia

SUMÁRIO

- I. Introdução
- II. Jornal da APP - Contato com a entidade
- III. Jornal da APP - Execução do Jornal
- IV. Jornal da APP - Avaliação
- V. Anexo - Jornal da APP " O Matraca "
- VI. Jornal da APUFSC - Contato com a entidade
- VII. Jornal da APUFSC - Execução do jornal
- VIII. Jornal da APUFSC - Avaliação
- IX. Anexo - Jornal da APUFSC " JA "
- X; Bibliografia

INTRODUÇÃO

A expectativa criada em torno da disciplina " Projetos Experimentais " de que deveria ser um trabalho de relevante interesse social levou-me a fazer um projeto em minha cidade , Navegantes , próxima a Itajaí. Principalmente para facilitar um maior conhecimento da realidade àqueles com quem tenho uma relação afetiva muito grande .

Inicialmente pensei em vários temas para as três áreas: grande de reportagem, pesquisa científica e comunicação institucional. Todas dificilmente exequíveis por serem grandiosas demais. Cheguei à conclusão de que o aperfeiçoamento do jornal da cidade seria um ótimo trabalho. Li sobre o assunto. Como a experiência no curso foi muito pequena no que se refere à elaboração de jornais , fiquei muito interessada em fazer este tipo de projeto. Fazer um jornal. O problema era saber se o dono , que é também o repórter, diagramador e editor do jornal, aceitaria a minha proposta. Não aceitou por diversos motivos , entre eles , o temor de perder o controle das decisões e o risco , visto por ele , de perder a imagem que possui na cidade. Mas continuei empolgada com a idéia de fazer um jornal.

As oportunidades seguintes reorientaram de certa forma meus objetivos, porque além de fazer um jornal o projeto passou a incorporar a idéia de fazer um jornal de uma entidade associativa. Uma Associação de Pais e Professores no início e depois também a Associação dos Professores da Universidade. E iniciei o projeto certa de que estaria estudando um campo de trabalho importante para jornalistas. E também uma opção bem mais complicada do que fazer jornais que tenham um único dono.

A Associação dos Pais e Professores do Colégio de Educação enviou a todos os pais de alunos do ensino médio, uma relação das condições que seriam criadas para que eles participassem das atividades da APP.

Uma das condições que seriam criadas era a concessão de licença. O professor Paulo Brito de curso de Jornalismo é um dos pais de alunos do colégio e foi convidado para participar desta comissão.

Ele propôs à 7ª sessão que o jornal "AUF" fosse feito como trabalho de conclusão de curso. Interfere-se pelo "AUF". Constatou-se que ele a respeito e no próximo dia de reunião da APP, 10 de Junho de 1964, levanta a proposta à diretoria da associação. A proposta

foi aceita. O professor Paulo Brito participou das reuniões seguintes da APP para definir os objetivos da diretoria sua relação ao jornal. É necessário que se conheça a associação, seus estatutos, seus direitos, para saber o que o jornal poderá ser. Um jornal de associação é de responsabilidade coletiva deverá proporcionar a divulgação

para que se diferencie da imprensa convencional de massa. Um jornal de associação é de responsabilidade coletiva deverá proporcionar a divulgação

para que se diferencie da imprensa convencional de massa. Um jornal de associação é de responsabilidade coletiva deverá proporcionar a divulgação

JORNAL DA APP

CONTATO COM A ENTIDADE

A diretoria da gestão 84 da Associação dos Pais e Professores do Colégio de Aplicação enviou a todos os pais de alunos no início do ano, uma relação das comissões que seriam criadas para que eles participassem mais das atividades da APP.

Uma das comissões que seriam criadas era a comissão de imprensa. O professor Paulo Brito do curso de Jornalismo é um dos pais de alunos do colégio e foi convidado para participar desta comissão. Ele propôs à 7ª fase que o jornal da APP fosse feito como trabalho de conclusão de curso. Interessei-me pela idéia. . . Conversei com ele a respeito e no primeiro dia de reunião da APP, 10 de abril de 1984, levamos a proposta à diretoria da associação. A proposta foi aceita.

Comecei a participar das reuniões semanais da APP para conhecer melhor os objetivos da diretoria em relação ao jornal. É necessário que se conheça a associação, seus estatutos, seus dirigentes, para saber o que o jornal poderá ser. Um jornal de associação, de propriedade coletiva deverá aprofundar a discussão, para que se diferencie dos jornais comerciais e da grande imprensa

que tem compromissos com sua classe política-econômica e não necessariamente, com a população.

Sendo assim, com este envolvimento pude conhecer melhor a organização e as intenções da associação. Uma das preocupações da diretoria com a AFP era a falta de participação dos associados. Não houve resposta pela maioria dos pais ao pedido da AFP. A diretoria decidiu, então que o jornal supriria a necessidade da AFP estar integrada com os seus associados. Esperavam integrar as pessoas, através da divulgação de suas atividades, pedindo cooperação.

Contato com a Todos os membros da diretoria, em especial no que se

ATIVIDADE refere ao conteúdo do jornal, eu falava com o presidente, professor de UFPA, e quando me referia a questões burocráticas - administrativas eu falava com o

PERIÓDICO inicialmente eu fazia o contato com os anunciantes, mas como havia acumulado todos os artigos do jornal semanal, a diretoria ficou encarregada de conseguir os anunciantes. Conseguir anunciantes não era uma tarefa fácil de alunos de tecnologia que tinham essas necessidades.

O editorial era sempre feito pelo presidente do periódico. As páginas centrais foram destinadas a

JORNAL DA AFE

EXECUÇÃO

CONCEPÇÃO _ A diretoria queria um jornal para a associação de formato tablóide feito em papel-jornal com muitas páginas. Os recursos financeiros que dispunham não eram suficientes. Decidiram por um jornal com o formato meio-officio e de oito páginas.

Contato com a ENTIDADE _ Todos os membros da diretoria, em especial no que se refere ao conteúdo do jornal eu falava com o presidente, professor da UFSC, e quando se referia a questões burocráticas e operacionais eu falava com um diretor da associação que era servidor da UFSC.

PUBLICIDADE _ Inicialmente eu fazia o contato com os anunciantes, mas como havia acarretado todas as etapas do jornal sozinha, a diretoria ficou encarregada de conseguir os anunciantes. Consegui anunciantes que eram alguns pais de alunos do colégio que tinham casas comerciais.

PLAUTA E EDITORIAL _ O editorial era sempre feito pelo presidente na página dois. As páginas centrais foram reservadas para as matérias principais. Na página três foi criada a coluna sobre os teóricos da educação, e na página sete a coluna "espaço aberto" que eram dos leitores. A última página era reservada para os informes e o balanço da associação.

As reuniões de pauta eram feitas durante as reuniões da diretoria. As datas dessas reuniões foram afixadas na parede da sede da associação, mas nenhum associado participou dessas reuniões. Eu sugeria pauta que visavam os objetivos do projeto. A diretoria me pautava de acordo com os objetivos deles. Por exemplo, eu sugeria, problemas no colégio, eles sugeriam a divulgação das olimpíadas escolares.

REDAÇÃO

O recolhimento das matérias assinadas era feito por um dos membros da diretoria. Geralmente elas saíam na íntegra. A maioria das matérias eram feitas por mim. Porém sempre haviam restrições quanto a forma de escrever. Em relação as entrevistas, os pais eram muito receptivos, quanto aos professores, eram indiferentes. Porém lembro-me de um caso de ~~que~~ um professor ^{que} se negou a dar entrevista ao jornal da APP. Entre os estudantes esta situação era geral eles tinham completa aversão a APP.

FECHAMENTO

DO JORNAL

Não haviam reuniões de fechamento do jornal, apenas o presidente lia as matérias antes de serem impressas.

DIAGRAMAÇÃO

Com a pouca experiência que ~~tive~~ eu havia tido no curso, fiz a diagramação que também já era a montagem do jornal. As fotos e uma ilustração foram os únicos recursos utilizados ~~para~~. O material utilizado foi comprado por mim.

PLANEJAMENTO

GRÁFICO

Sendo a APF uma associação que utiliza os seus recursos financeiros ~~para~~ apenas para " promover e desenvolver o relacionamento da escola com a família e com a comunidade, na obra comum de educação da infância e da juventude". Eles interpretam isso através das suas aquisições, realizações e promoções para o Colégio de Aplicação. A diretoria entendeu que " os recursos da entidade deveriam ser economizados " e que o " preço do jornal deveria ser compatível com as suas disponibilidades ". Consequentemente, optou-se por eliminar a etapa composição gráfica e apenas datilografar os textos em máquina de escrever elétrica IBM. Um recurso alternativo que reduz sensivelmente o custo do jornal já que apenas a impressão será feita na gráfica. Somente os títulos e legendas foram compostos na Imprensa Universitária.

IMPRESSÃO

E

MONTAGEM

O jornal foi impresso em co-set na Imprensa Universitária. Os custos foram relativamente baixos. Amontagem era feita juntamente com a diagramação, já que foi eliminada a etapa composição. No entanto, algumas coisas teriam que ser feitas na Imprensa, como por exemplo, ampliação de fotos, etc. que também não foi feito, assim como eles recebiam o jornal impresso.

JORNAL DA AFF

DISTRIBUIÇÃO - Os jornais eram entregues aos alunos para que estes levassem para casa.

RECEPTIVIDADE - Em relação aos dirigentes do colégio e aos colegas da diretoria da AFF era muito boa. Os pais eram indiferentes.

AVANÇADA

O artigo 2º do estatuto da APP diz que " A associação não tomará parte, em hipótese alguma , em manifestações de caráter político-partidário , religioso ou de classe, nem cederá a título gratuito ou remunerado, quaisquer de suas dependências para tais fins." Isto é , repele a priori a possibilidade do jornal tornar-se um elo crítico e construtivo do conjunto, para reproduzir a proposta ideológica, explícita ou não , da diretoria da entidade. Utilizando este dispositivo a APP impede qualquer manifestação que eles considerem politicamente comprometedoras.

Esta situação estava clara para mim. Enfrentei o problema com a intenção de modificar esta situação , mas durante o trabalho eu descobri que havia outra contradição que era a causa principal da falta de participação.

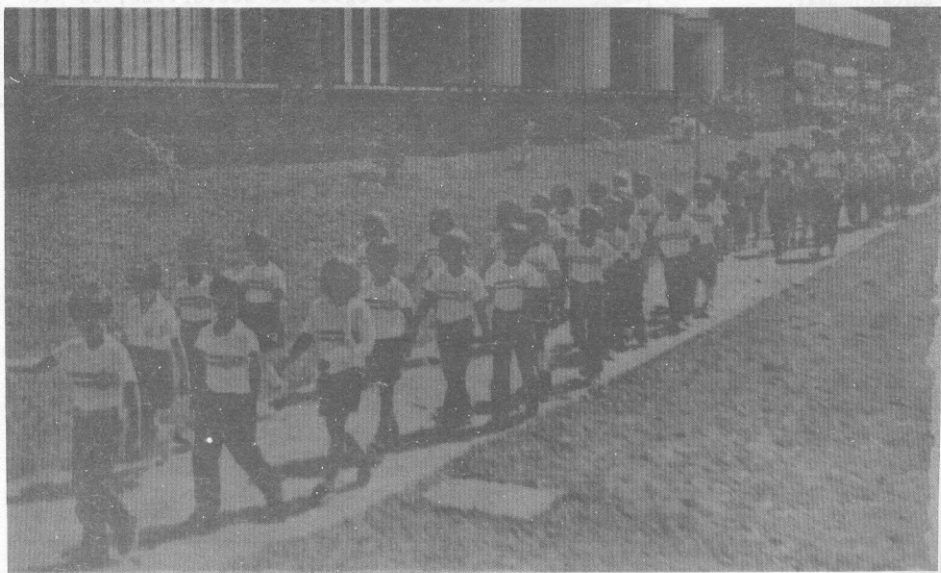
Estava na origem deste tipo de associação , APPs, que ao invés de " colaborar no aprimoramento do do processo educacional, na assistência escolar e na integração da família-escola-comunidade ", procura antes de tudo reforçar seu papel de mera arrecadadora de recursos, com os quais a escola deveria cobrir despesas que obrigatoriamente deveriam ser do Estado . Uma das fontes de indiferença dos associados em relação à APP é a cobrança de taxa. Então o que se verifica é um descompasso entre a proposta de participação dos pais de uma forma verdadeiramente integradora

e o modo pela qual é traduzida pela AFP. Diante dessas evidências fica mais fácil compreender as razões que levam os associados a não participarem da AFP. Sendo assim, o jornal tornou-se simplesmente um elo de ligação formal entre a diretoria, os pais e professores. O jornal cumpriu a finalidade que a diretoria havia definido: a de informar ao associado a programação do colégio, divulgar as promoções e realizações, além de satisfazer a necessidade daqueles associados que gostam de ver suas poesias publicadas. O jornal não tinha resposta. Claro, sendo apenas o prolongamento de uma direção - ou de um trabalho não participativo - seria normal que isto ocorresse. O jornal, pelo simples fato de ser um jornal, não seria o suficiente para motivar os associados.



BOLETIM INFORMATIVO DA APP — CA FLORIANÓPOLIS SETEMBRO/84 Nº 7

- DÊ UM NOME PARA O NOSSO JORNAL
- ESTUDANTES VEÊM A BIBLIOTECA COM OUTROS OLHOS
- PROFESSORES E ESTUDANTES APONTAM PROBLEMAS NO COLÉGIO
- EMPATE EVITA O NOVO GOVERNO COMUNITÁRIO DE ASSUMIR



DIRETORIA DA APP

Presidente:

Walmir José da Silva

Vice-Presidente:

Ademar de Souza

Diretor Secretário:

Wanderley Vargas Filho

Diretor Tesoureiro:

Mariano Moreira

Diretor Esportivo:

Edson Edno Valgas

Diretor Cultural:

Beatriz Liecht

Diretor Social:

Zélia Regina Carvalho

Faraco

EXPEDIENTE

Boletim Informativo da
APP do Colégio Aplicação.

Redação e Diagramação :

Giovana Kindlein

Florianópolis

Setembro/84

Edição Mensal.

Tiragem 1.000 exemplares

NOVA DIRETORIA DO COLÉGIO

A nova diretoria do Colégio de Aplicação tomou posse dia 28 de agosto de 1984. É integrada por:

Profa. Ilacir Clarinda de Amorim da Silva como diretora.

Profa. Ana Maria Faraco de Oliveira como vice-diretora.

Profa. Maria Tereza de Araújo Waltrick como coordenadora de ensino do 1º grau.

Prof. Roberto Grillo Cúneo como coordenador de ensino do 2º grau.

Profa. Maria Stela Sobierajski como coordenadora de avaliação e conselho de classe.

Profa. Delmar Bellin Amante, como coordenadora de recuperação.

Profa. Maria Elza de Oliveira Lima como coordenadora de orientação de classe.

Profa. Anita Hessmann como coordenadora de atividades extra-classe.

Profa. Marcia Regina E. Marchi como coordenadora de integração e controle de projetos e programas.

EDITORIAL

Este é o primeiro número do nosso jornal. Talvez se pareça mais com panfleto, mas o que importa mesmo é que ele é o fruto de um trabalho de equipe, com a participação de todos, em especial da aluna Giovana Kindlein do Curso de Comunicação Social, da UFSC, cujo trabalho e dedicação devemos a edição deste informativo.

Sempre é difícil começar. Para imprimi-lo corremos muito atrás dos preços que estivessem compatíveis com as nossas disponibilidades.

Com o tempo iremos ampliar o seu tamanho e aprimorar sua qualidade. Para isso contamos com sua ajuda pessoal, sua crítica e sugestões.

Os obstáculos existem mas o nosso grande desafio é superar as impossibilidades. A nossa união em favor da educação dos nossos filhos é a nossa grande meta e, para que isso aconteça, é mais do que necessário um efetivo esforço e disposição para o entendimento e colaboração recíproca entre pais e professores.

É nessa linha que pretendemos levar nosso trabalho, pois o desejo de servir está acima de qualquer outra intenção.

Não será sob a égide do sectarismo, da intransigência e intolerância que construiremos uma civilização solidária, fraterna e justa.

APP. C.A.

A APP LANÇA CONCURSO:

ESCOLHA UM NOME PARA O JORNAL

A diretoria da APP constatou que existe uma distância muito grande entre pais, professores e estudantes. Então para que a necessidade de uma associação, se os próprios interessados não participam dela? É hora de mudar isso. Os problemas do colégio são de todos nós.

Demonstrando que está interessada realmente, a diretoria modificou seu boletim, dando mais espaço aos assuntos que interessem a comunidade escolar. Este é o primeiro passo a ser dado, já que o jornal poderá representar um elo de ligação entre as pessoas.

Para começar, fará um concurso para escolher o nome do jornal. To dos poderão sugerir um nome para ele, inclusive os pais. Participe!

O estudante levará os nomes-sugestões para a sala de aula onde vão ser votados. As três melhores sugestões devem ser encaminhadas para a APP até o dia 11 de outubro. A série que escolher o melhor nome receberá como prêmio, um passeio a um dos seguintes lugares: Citur em Balneário Camboriú, Refúgio em Blumenau, Caldas em Santo Amaro ou Museus em Laguna.



EMPATE DIFICULTA A POSSE

DA NOVA DIRETORIA

Deu empate na escolha para prefeito do Governo Comunitário este ano — mas só para prefeito.

Isto ocorreu porque o sistema utilizado para votação é o do voto desvinculado, ou seja, você pode votar para prefeito numa chapa e para vice prefeito na outra.

Como houve empate, a chapa Prisma, articulada pela professora Francisca Silva, que venceu na composição da diretoria, não pôde assumir. Com este impasse, permanece no governo, a diretoria anterior, pois o estatuto é omissivo neste caso.

A chapa Prisma venceu com a maioria dos votos do primário, em quanto a chapa Marca recebeu, em peso, os votos do ginásio e 2º Grau. Estes, no entanto, não representam 50% dos estudantes do colégio.

Com a greve, o problema não pode ser resolvido. Reiniciadas as aulas, os estudantes decidiram em assembléia geral que seria feita uma nova eleição apenas para prefeito e que uma comissão de alunos iria escolher a data.

Nesta assembléia houve muita polêmica, porque os candidatos da chapa Marca propuseram que o primário não votasse por ser um eleitorado não politizado. Murilo, prefeito do Governo Comunitário, ar



MURILO, atualmente é o prefeito do GC.

gumenta que com o primário não dá para se levar um trabalho em conjunto. Segundo ele, é um trabalho puramente assistencialista como, por exemplo, conseguir joguinhos para as crianças. Ele acha que o primário deve ser acompanhado pelo professor que já tem uma prática pedagógica.

Ao final, a assembléia decidiu que todos votarão para eleger o prefeito. Depois que a diretoria assumir, deverá convocar outra assembléia para discutir um novo estatuto e a desvinculação do primário, do Governo Comunitário.

O MEC criou os Centros Cívicos e Governos Comunitários nas escolas federais e estaduais e seus estatutos. Mas no Colégio de Aplicação, este estatuto foi redigido por professores. Murilo diz que eram professores muito conservadores, pois consta neste estatuto que a autoridade máxima no GC é o diretor do colégio, o que ele acha um absurdo. Há um atrelamento muito grande que impossibilita os estudantes de se organizarem — diz ele.

Na gestão de Murilo, os estudantes conquistaram algumas lutas. Por exemplo: Apesar da relutância da maioria dos professores do colégio e da Reitoria, conseguiram mudar o uniforme.

Para mudar o agasalho foi muito mais difícil, pois os estudantes queriam que este fosse livre, ou seja, dada um usaria o que já tivesse. Houve muitos obstáculos. Inclusive, o diretor do Centro de Educação chegou a chamá-lo, para convencê-lo a desistir da idéia.

A diretoria do GC convocou uma assembléia geral: pais, professores, estudantes e servidores. Foi realizada no RU e houve uma presença massiva. Decidiram que o agasalho deveria ser mudado.

Ainda em 1983, o governo realizou um seminário sobre a situação da Nicarágua.

Já em 1984, uma nova conquista: conseguiram o direito de votar para o diretor do Colégio de Aplicação.



Os estudantes conquistaram algumas lutas através do GC.

ESTUDANTES VEÊM A

BIBLIOTECA COM OUTROS OLHOS

Embora a biblioteca do Colégio de Aplicação seja uma só, ela foi dividida em dois setores: primeiro o que atende da 5ª série ao 2º grau; e o segundo, que atende do jardim a 4ª série do 1º grau.

BIBLIOTECA 2

Bruno Angenot, estudante do 1º grau, define o local assim: Tem livros interessantes, onde se faz brincadeiras e redação.

Várias atividades foram criadas para que o aluno mudasse a sua visão de que biblioteca é apenas um local de leitura.

A bibliotecária Sônia Regina Carreirão de Medeiros coordena estas atividades semanalmente. Entre elas estão: Teatro de Fantoques, Histórias em Quadrinhos, Slides de histórias infanto-juvenis, Jornal Mural e outras. A professora de cada turma cede trinta minutos de sua aula para este exercício.

Além disso, há o empréstimo de livros e uma grande procura de literatura infanto-juvenil. Sônia constata que os livros mais grossos as crianças não levam para ler.

Mas, faltam livros técnicos para pesquisas, além de estantes para guardar este material. Inclusive já têm material no chão. Estas de

ficiências decorrem da falta de verbas.

Sem saber desses problemas, Leandro Klaes, um menino sorridente diz: É gostoso ir na biblioteca!".

BIBLIOTECA 1

Um ponto em comum entre as duas bibliotecas é que a maioria dos estudantes as frequentam por prazer. "O que não acontecia anteriormente, os alunos viam a biblioteca como lugar de castigo, pois os professores sempre os mandavam para cá, quando estes chegavam atrasados" conta a bibliotecária Lúcia Maria Loch Góes.

Para extinguir essa idéia foi feito um trabalho de conscientização. Hoje a biblioteca serve até como ponto de encontro. O que comprova a frequência média diária, de cerca de 120 pessoas.

Aquí, os problemas também são muitos: falta de espaço físico, falta de material permanente além da má conservação do prédio. "Ultimamente tivemos até que costurar cortinas" diz Lúcia.

A maioria dos livros que a biblioteca possui são didáticos e atendem principalmente o currículo do colégio. Há também para auxiliar o estudante, um sistema de recortes de jornais.

PROFESSORES E ESTUDANTES APONTAM PROBLEMAS NO COLÉGIO

O nosso jornal fez uma rápida enquete, para levantar alguns problemas que existem no colégio. En trevistamos apenas cinco profes sores, pois estes estavam muito ocupados com o Conselho de Classe. Entrevistamos, também, vinte e cin co estudantes, na maioria, alunos do 2º grau que apontaram os mais diversos problemas.

A falta de espaço físico, la boratórios mal-equipados, falta de material permanente foram citados por estudantes e professores.

Duas alunas reclamaram muito, da carga horária excessiva que pos suem, seis aulas por dia. Enquanto nos outros colégios, têm normalmen te cinco aulas diárias. Um profes sor também comentou a carga horária excessiva, no seu caso, devido ao plano de carreira, conseqüentemente ficam sem tempo para se atualiza rem.

Quanto aos professores de edu cação física, uma estudante disse que eles nunca dão a assistência necessária em caso de acidentes. São os alunos que socorrem o acidentado.

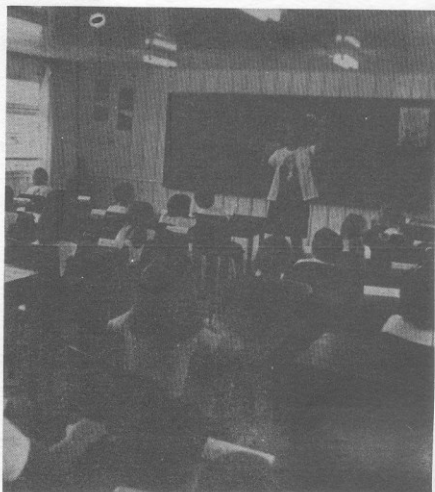
Um problema que passa desper cebido, mas que é muito importante, não existe nenhum representante dos estudantes no Conselho de Cla sse, afirma um aluno.

Devido a existência de classes sociais muito distintas no colégio,

a relação entre professor e aluno fica muito confusa, abordou uma outra professora.

Três estudantes achavam que as provas não deveriam ser feitas todas numa mesma semana devido ao acúmulo de matérias. Já um outro jovem disse que o único problema encontrado por ele foi a falta de um bebedouro para ser usado duran te o recreio. Outro retrucou, tam bém é problema não ter música nes te horário.

Finalizando, um professor ci tou como um grande problema, a exploração da força de trabalho. Mas quatro estudantes acharam até que não havia problemas no Colégio de Aplicação.



Falta de Espaço Físico: Salas de Madeira

AGENDA

A APP iniciou a construção da quadra de esportes para os estudantes. Um dos recursos utilizados para angariar fundos é a rifa de um vídeo-game. Será sorteado no dia de outubro pela Loteria Federal

— X —

As XVII Olimpíadas serão realizadas a partir do dia 16 (Terça Feira) até o dia 21 (Domingo). Venha torcer por seu filho!

— X —

A APP está apoiando a campanha que a biblioteca do Colégio de Aplicação vai promover para ampliar o seu acervo. Quem quiser doar algum livro, procure as bibliotecárias e veja quais são os livros que estão em falta.

— X —

Também se você quiser doar almofadas, retalhos ou esponja, a biblioteca está aceitando durante o horário de aula. As crianças gostam muito de ler, sentadas em almofadas.

— X —

MÃOS À OBRA!

Lançamos este jornal. Agora, esperamos a sua participação, pois ele é um instrumento de integração e você deve usá-lo. Contribua com artigos, crônicas, charges, críticas, etc... O jornal está aberto para todos.

Entregue sua colaboração na sede da APP no próprio colégio.

APP - CA - UFSC - TESOUREARIA

PRESTAÇÃO CONTAS

ABR/JUL - 84

RECEITA (Cr\$)

. Saldo gestão anterior	
.. BESC - conta 8180-3....	3.510,00
.. Caderneta Poupança 359545-5.....	7.718,67
.. B. BRASIL conta 203079-9.....	6.000,00
. Rifa Cesta Páscoa.....	554.995,00
. Mens.APP. - maio.....	47.148,00
. Mens.APP. - junho.....	50.839,00
. Mens.APP. - julho (por motivo da susp. do pagto. durante a greve, esta mens. ficará para a próxima presta- ção de contas.	
. Juros e correção - Cad.Poup. conta 592679-3.....	96.010,48
TOTAL.....	766.221,15

DESPESA (Cr\$)

. Cesta Páscoa.....	25.368,00
. Mat. expediente - Festa das mães e outros.....	129.109,00
TOTAL.....	154.447,00

SALDO..... 611.744,1

Como os objetivos do projeto tinham sido apenas parcialmente alcançados e na época surgiu a oportunidade de elaborar o jornal da APUFSC, uma entidade com posicionamento político diferente da APP, resolvi fazer este jornal .

A APUFSC é uma associação notadamente de objetivos diferentes da APP. Se articulou a partir das próprias necessidades dos professores lutarem por seus interesses de categoria . Basicamente , dentre os objetivos da APUFSC estão as lutas pelas melhorias de condições de trabalho, pela obtenção de remuneração justa para o trabalho do professor , pela democratização e autonomia da universidade , etc, além de desenvolver uma parte assistencial que atende a reivindicações imediatas , como por exemplo , assistência médica e hospitalar, convênios com entidades comerciais, creches e colégio de aplicação , etc.

O primeiro contato foi feito através do Prof. César Valente, professor do curso de Jornalismo , no início de novembro. Levei a minha proposta de trabalho numa reunião da diretoria. Eles aceitaram principalmente porque eles estavam precisando de alguém especializado que operacionalizasse a elaboração do seu jornal. Ainda nesta reunião eles expuseram as intenções em relação ao jornal. A diretoria da APUFSC pretende que o jornal seja um instru

mento de informação de avaliação crítica e também que o jornal d
deveria ser o reflexo do posicionamento político que a entidade
tem em defesa das reivindicações dos professores.

Não houve um envolvimento maior como no caso da AFP, eu part
ticipava apenas das reuniões de pauta, fechamento e avaliação,
e mantinha contato com a diretoria através de um intermediário.

preço razoável. De dos trabalhos da diretoria achava
que só seria jornal, se este fosse impresso em pa
pel-jornal.

CONTATO COM - Era feito através de um intermediário. Das exceções
A ENTIDADE das reuniões em que a maioria da diretoria estava
presente.

PUBLICIDADE - Destacaram uma pessoa para fazer o contato com os
anunciantes. Não deu muito certo porque a pessoa
era leiga no assunto, o que acarretou atraso da
primeira edição e falta de anúncios na segunda
edição.

PAUTA E - Fazíamos reuniões de pauta de duas a três vezes
EDITORIAL por semana. Participavam geralmente três membros da
diretoria. Ele sempre estava preocupado em dar
ênfase política a determinado assunto. Haviam
to pouco no repórter.

TRABALHO - Houve dificuldades na primeira edição em relação
ao "abertura", abertura, layout, etc.

JORNAL DA UFPE

EXECUÇÃO

CONCEPÇÃO _ Apr sentei os vários formatos de jornais , escolhe-ram o formato tablete com oito páginas que tinha um preço razoável . Um dos membros da diretoria achava que só seria jornal , se este fosse impresso em papel-jornal.

CONTATO COM A ENTIDADE = Era feito através de um intermediário. Com exceção das reuniões em que a maioria da diretoria estava presente.

PUBLICIDADE _ Destacaram uma pessoa para fazer o contato com os anunciantes . Não deu muito certo porque a pessoa era leiga no assunto , o que acarretou atraso da primeira edição e falta de anúncios na segunda edição.

PAUTA E EDITORIAL _ Faziámos reuniões de pauta em dias previamente marcados. Participavam geralmente três membros da diretoria. Eles sempre estavam preocupados em dar ênfase política a determinado assunto. Usavam muito pouco o repórter.

REDAÇÃO _ Houve dificuldades na primeira edição em relação as chamadas , aberturas , legendas , títulos e sub-títulos. As funções foram divididas entre a Mirella, estagiária em jornalismo gráfico, e eu.

Havia muitos documentos para se fazer copy-desk. O Os artigos que os professores enviavam eram muito grandes , por isso a primeira edição saiu com o texto muito pesado.

FECHAMENTO DO JORNAL _ Todo o material era apreciado pela diretoria ~~xxxxxx~~ reunião.

DIAGRAMAÇÃO _ Era feita com orientação do prof. César Valente .

PLANEJAMENTO GRÁFICO _ O planejamento gráfico de um jornal para uma entidade depende basicamente de dois fatores a ser considerados: o custo total do jornal e a velocidade com que ele é feito.

Considerando que a APUFSC é uma associação que dispõe de recursos financeiros suficientes para investir num jornal , é necessário salientar que também é uma decisão política investir num jornal de melhor qualidade tipográfica , já que a imagem desta associação vai estar refletida no jornal.

Por estas razões , escolheu-se " Editograf " , u uma gráfica situada entre as "médias " de Florianópolis, avaliando-se todos os fatores.

A Editograf possui o sistema de composição por máquina de escrever IBM COMPOSER e por fotocomposição.

Os textos foram compostos em (PR-10-M), os textos de destaque em (PR-10-B) (negrito) e em (PR-10-I) (grifo). Os olhos e ~~legendas~~ aberturas foram compostos em UN-10-B e UN-10-MI. As legendas em UN-10-B. Os títulos e sub-títulos foram compostos pelo sistema de fotocomposição. Os tipos que foram utilizados eram o Times Bold Roman eo Helvetica Bold Roman.

MONTAGEM E IMPRESSÃO O jornal JÁ foi impresso também na gráfica Edigraf. Eu acompanhava toda a montagem na gráfica e decidia sobre os problemas e dúvidas que surgiam. Apesar disso o trabalho era muito lento.

DISTRIBUIÇÃO Era feita pela Associação pelo sistema de entrega pessoal.

JORNAL DA APUFSC

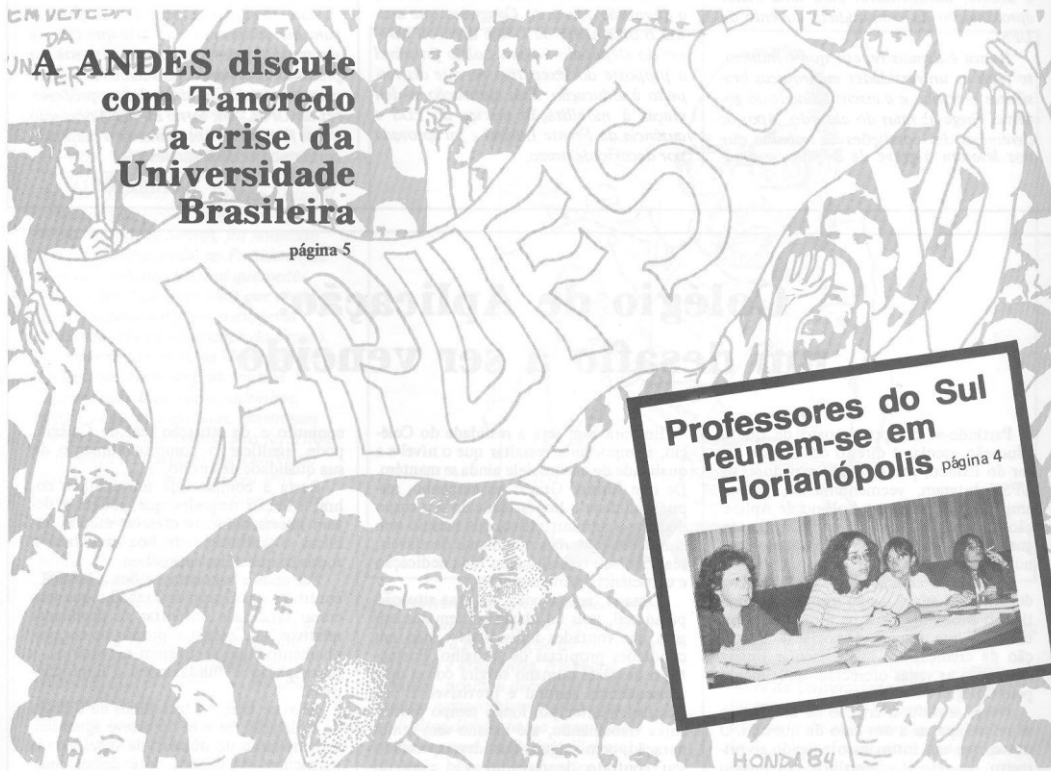
AVALIAÇÃO

AAPUFSC sendo uma associação com cerca de 1400 associados era necessário que houvesse uma sistema de comunicação que fosse capaz de interligar, atualizar, organizar e mobilizar os professores para que eles pudessem realizar os fins a que a associação se propõe.

Este é o objetivo do jornal JA : efetivar esta política de informação e divulgação. Esta política está sendo executada. O jornal é um órgão informativo democrático e aberto , onde todos os professores podem expressar as suas opiniões. Mas o que está ocorrendo é que a maioria dos professores confundem o JA como o jornal da diretoria da APUFSC e não como o jornal da associação

É necessário que haja uma abertura real às posições contrárias às defendidas pelos membros da diretoria. E aí é que entra o papel do jornalista , do repórter , que foi muito pouco explorado nesse sentido. Já que o movimento docente dentro da universidade é cendido.

O meu papel seria colocar no jornal as diversas correntes de pensamento que existem dentro da universidade. Assim o jornal se tornará verdadeiramente um fórum de debates.



A ANDES discute com Tancredo a crise da Universidade Brasileira

página 5

Professores do Sul reúnem-se em Florianópolis

página 4



PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

A discussão democrática de um caminho para a educação catarinense passou pelo Congresso de Lages, que está sendo mostrado nesta edição. Página 6.

Colégio de Aplicação desafia a comunidade universitária

página 2

EDITORIAL

Universidades ameaçadas

Cumprindo proposta do programa da Chapa Movimento, estamos reeditando o *JÁ* (Jornal da APUFSC) para dotar a entidade de um instrumento de informação e debate, indispensável para uma maior aproximação da comunidade docente da UFSC.

Nunca é demais repetir que o momento para as universidades autárquicas brasileiras é crítico e a insensibilidade do governo chega às raias do absurdo. Após as denúncias das condições de trabalho que nos levaram à greve de 84 dias, o orça-

mento aprovado pelo Congresso Nacional pura e simplesmente reduz em 50% os orçamentos das Universidades públicas brasileiras para 85.

Em reunião no último 7 de novembro, a Comissão Mista do Congresso que analisa o orçamento da União aprovou parecer do Deputado Edison Lobão favorável à proposta do Executivo no que diz respeito à Educação. Esta aprovação se deu graças à mobilização maciça do PDS e ausência da Frente Liberal e foi aprovada por decurso de prazo.

Como consequência, as Universidades já sufocadas financeiramente, recebem mais este golpe flagrantemente inconstitucional, já que contraria inteiramente a Emenda Calmon.

Este exemplo é por si só suficiente para dar a dimensão da luta que terá de ser travada pelo Movimento Docente no próximo ano, para a qual temos de contar com a participação de todos os professores da UFSC, em torno da sua Associação e este jornal será um elemento a mais para contarmos nesta briga desigual.

A DIRETORIA

Colégio de Aplicação: um desafio a ser vencido

Partindo-se do pressuposto de que a educação escolar é direito de todos e dever do Estado, professores e servidores da UFSC lutaram, veementemente, para a ampliação de vagas no Colégio de Aplicação no início de 1984. Essa luta se configurou pela defesa e pela extensão do ensino público e gratuito.

Todavia, a criação de vagas — a nível de 1ª e 2ª séries — não resolveu, na prática, o problema para os próximos anos, uma vez que a demanda social de educação de crianças em idade escolar supera em muito as vagas oferecidas anualmente pelo Colégio.

Nesse sentido, a criação de mais vagas se refere apenas a um lado da questão. O outro, que está intimamente ligado ao primeiro, diz respeito à qualidade de ensino daquela escola. Na medida em que o Colégio foi "forçado" a ampliar o seu atendimento, alguns problemas fundamentais e latentes foram se acentuando. Hoje, o que se evidencia é uma "inclinação" do Colégio e esta ameaça a qualidade do trabalho ali desenvolvido. A falta de espaço físico, aliada à carência de recursos humanos, poderão comprometer todo o trabalho escolar de forma rápida e inequívoca.

Não parece exagero afirmar que o Colégio está vivendo uma fase crítica, que pode se tornar crônica se suas necessidades de infra-estrutura não forem atendidas.

Apesar da existência de estudos e reivindicações encaminhadas, a que se obteve concretamente, neste ano, não passou de: uma merendeira, um mecanógrafo e uma orientadora educacional. A ampliação do espaço físico e contratação de professores permaneceram a nível de projetos e de promessas.

Embora essa seja a realidade do Colégio, é importante ressaltar que o nível e a qualidade de ensino dele ainda se mantém. De que forma? Graças ao empenho, responsabilidade e honestidade do seu corpo docente e administrativo, que mesmo sem condições materiais e humanas desejáveis, realizam seu trabalho com toda dedicação e consciência profissional.

Trata-se, sem dúvida, de uma situação paradoxal, pois tal idealismo tem sua origem em vontades individuais e não em condições propícias de trabalho. Portanto, o desgaste humano surgirá como uma consequência natural e previsível. É impossível manter por longo tempo professores trabalhando, até mesmo sem remuneração, como alguns que, desrespeitando seu contrato de trabalho, vão além do previsto legalmente, estendendo sua jornada de trabalho para atender aos seus alunos.

Todos esses aspectos apontam para a necessidade de uma reflexão séria e em conjunto, sobre o Colégio de Aplicação.

Parece que não basta apenas a luta pela ampliação de vagas, pois esta, isolada do

conjunto e da situação real do Colégio, pode significar o comprometimento da sua qualidade de ensino.

Resta à comunidade universitária cobrar solução daqueles que podem e devem necessariamente oferecer escolas públicas e gratuitas e de boa qualidade a todos os que delas necessitam.

Por essas e por outras razões, a APUFSC, constituiu um Grupo de Trabalho que tem como finalidade enfrentar os problemas relativos ao Colégio e propor os encaminhamentos que se fizerem necessários: a participação é fundamental e imprescindível.

Se você tem, ou terá filhos no Colégio de Aplicação, se está ou esteve aguardando ampliação do número de vagas para lá matricular sua criança, se é pessoa consciente e se interessa pela solução correta dos problemas que atingem a Comunidade Universitária, você não pode faltar às reuniões do Grupo de Trabalho, cujas datas de realização serão oportunamente comunicadas.

Profª Edna Garcia Maciel Fiod



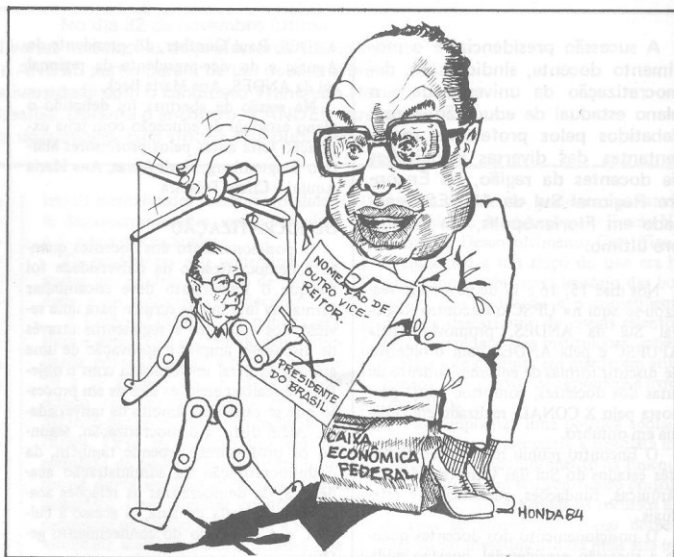
Malufaram

A VICE-REITORIA

Se outras razões não houvesse, o defecho da recente "corrida" rumo à Vice-Reitoria da UFSC bastaria para justificar a luta histórica do movimento docente por eleições diretas para os cargos diretivos nas Instituições de Ensino Superior. Como os jornais noticiaram "malufaram" a Vice-Reitoria: o ungrado da lista elaborada pelo Colégio Eleitoral (mais um) da UFSC, professor Aquiles Amauri Cordova Santos, foi nomeado porque o primo pediu ao Presidente da Caixa Econômica Federal que pediu ao Presidente da República que atendeu o pedido para satisfazer o esquema malufista do ex-Governador do Estado. Pelo que se comenta, na Universidade, o escolhido teria superado outros figurantes da lista, cujos padrinhos, alguns também malufistas, mostraram menor cacife para bancar seus favoritos. E também o candidato preferido pelo Reitor da UFSC que cometeu erro de se apoiar na palavra de uma Ministra desprestigiada e enfraquecida de um Governo que não tem mais nada a perder diante da Universidade Pública. Tudo no melhor estilo do "vale-tudo" político, característico do Regime autoritário que há 20 anos sacrifica a Nação. Esse regime é perfeitamente simbolizado pelo malufismo e seus métodos, que se baseiam no seu lema mais recente: "o feio é perder".

A ascensão do vencedor, segundo o jornal "bancado" internamente por um dos Pró-Reitores da UFSC, deve fazer parte dos arranjos que visam à próxima corrida rumo à Reitoria, em 1988 (o ano das diretas Já?).

Ao que tudo indica, esses conchavos aconteceram enquanto a Comunidade Universitária travava a dura luta da greve por salários justos e verbas para garantir



a sobrevivência da Universidade Pública. Em nenhum momento se cogitou de abrir o processo à participação de professores, servidores e estudantes. Nenhuma discussão, nenhum debate de idéias, nenhum compromisso público dos candidatos diante da sua comunidade. Apenas o ritual do Colégio Eleitoral e depois a briga na sombra dos subterrâneos do regime autoritário, onde a vitória costuma premiar os mais ambiciosos e menos apegados a princípios éticos ou políticos. Tudo isso é uma clara afronta à Comunidade Universitária, que terá resposta no tempo certo.

Para abreviar a chegada desse tempo, mais do que nunca, é necessário lutar para superar o autoritarismo, e a falta de princípios na prática política, dentro e fora da Universidade. O movimento docente continuará empenhado nessa luta, certo de que somente a eleição direta, livre e democrática poderá garantir a ascensão de dirigentes legítimos, respaldados em mandatos conquistados, comprometidos com as aspirações da Comunidade Universitária e não com os esquemas das elites autoritárias, inclusive as da Universidade.

Prof. Osvaldo de Oliveira Maciel

Dra. Denise V. da Silva Sousa

CIRURGIÃ DENTISTA

Convênio com a APUFSC.
Av. Osmar Cunha, 15
Edifício Ceisa Center - Bloco A - Sala 515
Centro Florianópolis

ANUNCIE NO JORNAL DA APUFSC

ÁGUA MINERAL SANTA CATARINA

Pedidos Fone: 44-8345

10% de desconto mediante apresentação da carteira.

SUCESSÃO, DEMOCRACIA, SINDICALISMO...

A reunião dos Docentes em Florianópolis

A sucessão presidencial e o movimento docente, sindicalismo, democratização da universidade e o plano estadual de educação, foram debatidos pelos professores representantes das diversas associações de docentes da região, no Encontro Regional Sul da ANDES, realizado em Florianópolis, em novembro último.

Nos dias 15, 16 e 17 de novembro realizou-se aqui na UFSC o Encontro Regional Sul da ANDES, promovido pela APUFSC e pela ANDES com o objetivo de discutir formas de encaminhamento de lutas dos docentes, conforme pauta proposta pelo X CONAD, realizado em Goiânia em outubro.

O Encontro reuniu representantes dos três estados do Sul das Universidades autárquicas, fundações, particulares e estaduais.

O posicionamento dos docentes quanto à sucessão presidencial, questão sindical, democratização e o plano estadual de educação, foram os temas debatidos neste encontro.

A abertura contou com a participação de representantes da UCE, DCE, PT, Alisc, Associação de Professores da Grande Florianópolis, além do secretário geral da

ANDES, Raul Günther, do presidente da Apufsc e da vice-presidente da regional sul da ANDES, Ana Maria Beck.

Na sessão de abertura foi debatido o plano estadual de educação com uma exposição feita antes pelos professores Marcelo Tragtemberg, Marli Auras, Ana Maria Aquini e Clícia Teixeira

DEMOCRATIZAÇÃO

O posicionamento dos docentes quanto à democratização da universidade foi de que o movimento deve encaminhar formas de luta que se dirijam para uma revisão dos estatutos e regimentos através de discussões amplas e aprovação de uma assembléia geral universitária com o objetivo de realizar eleições diretas em processo que se esgote no âmbito da universidade. Além disto, a democratização, segundo os professores, depende também, da desburocratização da administração acadêmica, de democratizar as relações acadêmicas em sala de aula, o acesso à cultura, e o conteúdo do conhecimento gerado.

A QUESTÃO SINDICAL

Os professores não estão suficientemente sensibilizados pela questão do sindicalismo. Esta foi a conclusão dos debates sobre sindicalismo que, em vista disto, considerou prematuro o discurso da filia-

ção dos professores à CUT ou à CONCLAT, e deliberou a realização de discussões que venham aprofundar a questão sindical, esclarecendo a sua importância para a unificação de reivindicações a nível nacional com todos os trabalhadores.

Para isto, as Associações de docentes presentes, comprometeram-se em organizar debates setoriais num prazo máximo de trinta dias, tendo como tema "Professor e Classe Social: o professor enquanto trabalhador", de onde deve sair um documento que será enviado a todas as demais AD's e à vice-presidência regional sul da ANDES, para que esta faça o intercâmbio dos documentos tirados por cada AD.

SUCESSÃO PRESIDENCIAL

O debate sobre sucessão presidencial e movimento docente deixou claro que existe um ceticismo generalizado quanto ao espaço político dos docentes num processo indireto de eleição, onde as coisas já estão praticamente definidas.

Apesar disto, os professores reunidos consideraram correta a apresentação de um documento por parte da ANDES ao candidato Tancredo Neves, conforme deliberação do X CONAD. No entanto, o grupo reunido ressaltou a importância da prática da democracia interna que supõe o envolvimento das bases docentes e da sua permanente mobilização na defesa de seus princípios e reivindicações, concluindo que a participação dos dirigentes do movimento em qualquer encontro só terá validade na medida em que levar posições respaldadas em deliberação proveniente da consulta às bases.

Ainda na questão da sucessão presidencial, os professores, manifestaram repúdio a certos grupos que vêm falando em nome dos educadores brasileiros que, fugindo à prática habitual do movimento, elaboraram uma "Proposta para a Universidade Federal no Governo Tancredo Neves, dos educadores brasileiros ao Presidente Tancredo Neves".

As associações de docentes presentes fizeram também, uma avaliação do seu movimento interno trazendo os resultados das lutas levadas por eles, reforçando a premissa adotada pela ANDES de que o movimento docente a nível nacional, depende das deliberações tiradas em consulta às suas bases.



A mesa de abertura do Encontro Regional, na UFSC.

O documento da ANDES

“Garantir o espaço de organização da sociedade”

No dia 22 de novembro último as diversas associações de professores que compõem a ANDES participaram de um debate sobre a universidade com o candidato Trancredo Neves em Brasília. Durante o encontro, a ANDES apresentou um documento, cuja síntese está publicada aqui.

A ANDES e as associações docentes entendem que a transformação do próximo período governamental na tão esperada e necessária transição democrática só será possível se for garantido o espaço de organização autônoma da sociedade civil e dos movimentos populares. Entendem que será vital o debate aberto entre os poderes constituídos e a representação legítima dos movimentos sociais sobre os graves problemas que afetam a vida da população brasileira. Por isto tomaram a iniciativa de propor este debate sobre a universidade brasileira ao candidato da Aliança Democrática.

As posições e propostas hoje defendidas pela ANDES e pelas Associações Docentes não resultaram de elaboração isolada ou individual mas são fruto de uma trajetória de luta e trabalho cotidianos de toda uma categoria. Trabalho que, apesar de relativamente recente, já demonstrou à nação ser árduo, maduro e responsável. Os professores universitários têm plena consciência de sua responsabilidade em apresentar à opinião pública e aos que advogam um regime democrático para o país, uma proposta para a Universidade Brasileira.

Não é, portanto, gratuito mas, ao contrário, resultado de um amplo processo de mobilização, debate e organização de mais de 60.000 professores em todos os estados do país, que a ANDES e as Associações Docentes tenham hoje uma posição de aguda crítica à política educacional do Governo.

Política esta que resultou numa rede pública afxiada financeiramente e uma hipertrofiada rede privada que abarca hoje 75% das matrículas do 3º grau e responde por apenas 5% da pesquisa e da atividade de pós-graduação. Onde, com raras exceções, não há a mínima preocupação com a qualidade do ensino, e os professores, funcionários e estudantes estão submetidos ao exclusivo arbí-

trio de mentalidades patronais totalmente descompromissadas com a sociedade e os interesses nacionais.

Os professores não pretendem apresentar um modelo acabado de universidade, a ser implantado por decreto.

A Universidade deve ser pública, gratuita e democrática, devendo estar interligada, em sua política, à rede pública de 1º e 2º graus. Deve ser custeada pelo estado mas ter autonomia científica, didático-pedagógica e de alocação de recursos. Deve ser democrática em sua estrutura de poder interno, elegendo de forma direta seu Reitor e todos os seus dirigentes. Deve oferecer condições homogêneas de ensino e trabalho e ter flexibilidade acadêmico-administrativa que lhe permitam responder à diversidade das condições e exigências regionais.

É necessário superar a fragmentação institucional e de condições de trabalho que hoje caracteriza o ensino superior e pensar na rearticulação do sistema universitário como um todo. Isto exige a implementação de medidas que visem instaurar condições homogêneas para o desempenho da prática pedagógica e científica, tais como a carreira unificada para todo o magistério superior, isonomia salarial, estabilidade de emprego, contratação por regime de dedicação para os docentes, concurso público para ingresso na carreira do magistério, etc.

Por fim é essencial a definição de uma política de pesquisa que considere a imperiosa necessidade de participação da comunidade científica, em caráter deliberativo, nos órgãos definidores da orientação superior das agências de fomento, à pesquisa, conforme a proposta de reformulação dos estatutos do CNPq e da FINEP elaborada com ampla participação da comunidade científica e endossada pelas principais associações científicas e docentes do país. O descaço do atual governo pela atividade de pesquisa, considerada estratégica em qual-

quer país civilizado, pode ser constatado pela redução das dotações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico a um terço do que era há cinco anos; pelo nível irrisório das bolsas de pós-graduação e a conseqüente perda e desestímulo de jovens talentos; pela dificuldade das instituições universitárias e de pesquisa em manterem atualizados seus acervos de periódicos e livros científicos.

Para implantar uma política apoiada nesses linhas é necessária a imediata implementação e cumprimento da Emenda João Calmon em seu verdadeiro espírito que é o de compreender os recursos dedicados ao ensino não como despesa mas como investimento da mais alta importância e prioridade para uma Nação preocupada com seu desenvolvimento e independência científica, culturais e tecnológicos.

O problema da autonomia universitária, está, portanto, indissolvemente ligado ao processo de democratização interna da universidade e às transformações democráticas que se processam no corpo social que integra. Na rede particular isso se traduz na necessidade de autonomia didático-científica e administrativa das universidades frente às mantenedoras.

Sem mais condições não haverá como respaldar a necessária mobilização e empenho nacionais na defesa desse importantíssimo patrimônio público que a decisão governamental permitiu chegar à beira do colapso. A reflexão conjunta entre professores, funcionários e estudantes e os setores sociais a que a universidade deve servir apontará políticas, prioridades e alternativas a um poder público que se espera não mais se coloque como tutor da sociedade mas como servidor e executor dos reclames e demandas sociais.

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

O novo Plano Estadual de Educação não saiu de um gabinete com ar condicionado da Secretaria de Educação (S. E.), escrito por um burocrata que nunca colocou a mão em giz.

Ele foi elaborado num processo do qual participou cerca de um milhão e meio de pessoas, que saiu das escolas e foi afinado pelos municípios e regiões educacionais, até chegar num Congresso Estadual. Este Congresso realizou-se de 22 a 27 de outubro em Lages, e definiu diretrizes e propostas para a educação em nosso Estado em 1988.

Tem muita gente achando que o Governo Amin deu de mão beijada este processo, e não sabe que ele foi fruto da greve dos professores do Estado, de 1983. A partir dela, a ALISC (Associação dos Professores a nível estadual) conquistou a participação numa comissão encarregada de escrever rapidamente um plano. Lá dentro, ela brigou para que a APUFSC e a UCE participassem também da Comissão. Reforçada por estas entidades, formou-se um bloco que defendia a necessidade da participação da base e não só dos técnicos no planejamento educacional. E esta idéia vingou.

Com base nela, houve Seminários a nível Estadual, Regional e Municipal para levantar questões sobre o ensino em SC. Então cada escola elegeu delegados com base em propostas, que foram defendidas nos Congressos Municipais, Regionais e Estaduais.

As grandes discussões surgiram em torno dos temas abaixo (aqui só trarei as deliberações de Lages):

- Fim do Sistema de Avaliação por Avanços Progressivos (promoção automática do aluno ao fim de todas as séries menos as 4^{as} e 8^{as}), que desestimulava os alunos e deles escondia sua situação até a 8^a Série; que visava a aumentar a estatística de promoção e diminuir a de evasão; foi substituído pelo sistema de aprovação/reprovação;

- Eleição direta para dirigentes, do diretor de escola ao diretor de UCRE (unidade responsável pelo ensino a nível regional); a comunidade entende que estes não são cargos meramente técnicos, mas sim políticos, porque regulam toda a vida da escola ou da UCRE e que não podem ser preenchidos por concurso ou favorecimento partidário; a eleição do diretor da escola será paritária entre profissionais da educação (professores, especialistas e funcionários), alunos e pais;

- Melhor remuneração para o professor (pisos de 6, 8 e 10 salários mínimos para 40 h para habilitação a níveis de 2^o Grau, Licenciatura curta e plena, respectivamente); 40% de hora-atividade no regime de trabalho e um Plano de Carreira para os profissionais do magistério;

- Autonomia Curricular, pedagógica e administrativa para as escolas, através de um Conselho Deliberativo acima da direção, composto por pais, alunos e profissionais da educação eleitos em assem-

bléias das categorias que, entre outras coisas, elaborará os orçamentos de cada escola;

- Turmas menores: no pré-escolar (0 - 1 anos - 6 alunos; 1 - 2 anos - 8 alunos; 2 - 3 anos - 10 alunos; 3 - 6 anos - 15 alunos), no 1^o Grau (1^a série, 20 alunos, 2^a a 4^a - 25 alunos, 5^a a 8^a 30 alunos) e no 2^o Grau (35 alunos);

- Mais verbas para a educação: no mínimo 25% do orçamento estadual para a Educação e atendimento das necessidades das escolas e das UCRES;

- Destinação de recursos públicos prioritariamente ao ensino público;

- Maior atenção à educação na zona Rural, instituindo escolas básicas (de 1^a a 8^a séries) onde a comunidade reivindicar; se a comunidade achar inviável, criar escolas básicas-pólo; desmembrando as Escolas Isoladas (1^a a 4^a séries numa sala com um professor) com uma primeira série em separado das demais e o no máximo duas séries por turma;

- Manter o Ensino Superior Público e Gratuito a nível estadual;

- Dar atenção ao Ensino Especial na rede pública;

- Oferecer material escolar e livros didáticos gratuitos e bolsas de estudo a estudantes das escolas públicas, para diminuir a evasão;

- Criar no mínimo um 2^o Grau estadual em todos os municípios;

- Renovar o Conselho Estadual de Educação (CEE), tendo um representante de cada região educacional, um representante da ALISC, APUFSC, ADESC, ASESC, uma entidade de estudantes secundaristas, uma Associação de Docentes de Fundações, um representante da ACAFE, FCEE, FESC, SE;

- Eleição direta para reitores e presidentes de fundações educacionais;

- Reorientação do MOBRRAL (que hoje cuida até de pré-escola e 1^o Grau) de volta às origens: alfabetização de adultos, mas agora utilizando o método do Paulo Freire;

- Liberdade de organização aos Grêmios Estudantis e Associações de Pais, sem imposição de estatutos;

- Licença remunerada aos dirigentes de associações de classe para exercerem atividades associativas.

- Pré-Escolar assumido pelo Estado, público e gratuito.

Para a continuidade do processo, foi aprovado novo Congresso Estadual para 1988, Seminários Municipais para informar sobre o que foi aprovado em Lages e uma Comissão de Redação do Plano da qual faz parte este que aqui escreve. A necessidade desta Comissão, formada por um representante de cada região e a Comissão Estadual, ficou clara frente à possibilidade de manipulação que a Comissão Estadual para a elaboração do Plano (com maioria situacionista) poderia levar a cabo. Isto ficou claro no Congresso quando a mesa manipulou até onde pôde para impedir que a Comissão se ampliasse. E está

claro agora quando representantes do Governo nesta Comissão dizem que **nem tudo o que foi aprovado em Lages faz parte do Plano Estadual de Educação**. A nossa luta nesta Comissão será no sentido de somente transpor as propostas aprovadas em Lages numa forma discursiva, sem desvirtuar seus conteúdos.

Alguns fatos que ocorreram em Lages merecem uma análise mais detida:

1) A mesa do Congresso, dominada por representantes do governo encaminhou a discussão de forma a regionalizar as questões: é o velho ditado "dividir para governar". Tentou o tempo todo jogar umas regiões contra as outras, principalmente contra aquelas que eram mais ferrenhas opositoras da Política Educacional vigente, como a da Grande Florianópolis. Desta forma, não ficava claro o debate político e várias deliberações tomadas não ficaram claras para muitos delegados, o que vem a diminuir a resistência a possíveis manipulações do Plano. A Secretaria da Educação mostra hoje clara intenção de malufar o Plano, argumentando que a "vontade política" da comunidade já se expressou. É a vez dos "técnicos" (neutros) dizerem se as propostas são viáveis. Bom, daí se conclui que só com muita luta nós vamos implantar o que veio de Lages;

2) O Plano ainda precisa ser aprovado pelo Conselho Estadual de Educação que aí está. Será a 2^a briga (a primeira é a redação). Caso ele seja aprovado, o C.E.E. deverá renunciar para permitir a nova composição conforme definiu o Congresso;

3) Quando da discussão em plenário dos critérios de promoção por tempo de serviço, foi notável a aliança entre um setor da liderança do professorado e a Secretaria da Educação e as UCRES. Esse bloco lutava por promoção de 5 em 5 anos em vez de 3 em 3 anos e por 5% sobre o salário em vez de 10%. Pior ainda: o argumento era de que "o Estado não tem verbas para pagar melhor". Puxa, o Secretário de Finanças do Amin não diria melhor. Foi muito conveniente para o governo cooptar setores das lideranças dos professores;

4) O mesmo hobby espúrio não permitiu que se aprovasse "dinheiro público somente para o ensino público", abrindo uma sangria de recursos para as escolas particulares, CNEC, etc. e tal.

Mas o processo de democratização continua. A UCE e a ALISC já têm seus representantes para a comissão de implantação a nível estadual. A APUFSC tem direito a 440 (199 para os municípios, 20 para as regiões e 1 para a estadual e seus suplentes). Ela deverá encaminhar a discussão sobre os nomes para estas comissões, auxiliada por associados que participaram dos Congressos.

Marcelo H. R. Tragtemberg
(Dep. Física)

O professor contribui
com a história de seu tempo
participando a cada dia
da construção de um mundo
justo e humano.

Para você:
Boas Festas

CIÊNCIA E CULTURA

A APUFSC está chamando os professores de todas as áreas para participar de um grupo interessado em discutir ciência e cultura, de modo a possibilitar a realização de um maior número de promoções garantindo a sua qualidade.

Grande quantidade de idéias e sugestões já foram levantadas até o momento e esperamos contar com você caso esteja interessado em integrar-se ao nosso grupo. Procure maiores informações com Lore no ramal 250, ou na APUFSC.

FARMÁCIA SÃO JOSÉ

Praça Hercílio Luz, 225
Fone: 47-1101

Ao lado da Igreja Matriz de São José
Atende das 8 às 21h
Domingos e feriados das 8h às 12h

ELETRO BRICAR

**Antes de
sair de férias
entre
na oficina.**

Traga seu carro para uma revisão completa da parte elétrica.

Oficina e Com. Eletro Bricar Ltda.
Serviço Autorizado Bosch.
Convênio com a APUFSC.
Av. Hercílio Luz, 221 - Fone 22-5467
Florianópolis

CONVÊNIOS

A APUFSC mantém convênios
com lojas, supermercados e outros
tipos de serviços em benefício
do associado. Apresentando sua
carteira você terá de 10% a 30 % de
desconto em suas compras.

LOJAS
Calçados Lik's
Upper Jeans
Lock's Modas
Iara's Modas

SUPERMERCADOS
Supermercado Santa Mônica Ltda.
Supermercado Riachuelo/Aldi

ÓTICAS
Ótica Montreal

Ótica Continente Ltda.
Ótica, Joalheria e Foto Gallup

SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS

Dr. Luiz Lineu Porto
Dra. Anelise Beber dos Santos
Dra. Denise da Silva
Dra. Miriam Ostello
Dr. Saulo Silva Jabor
Dra. Abegair Maria Pereira
Dra. Ivanise Claudino dos Santos
Dr. Rogério Tagliari Hoffmann
Clínica Odontológica Pedra Grande

SERVIÇOS MÉDICOS

Medsan
Laboratório Médico de Patologia Clínica

OUTROS

Alegui - Festas e Decorações
Sauna Itapoã
Renner Financeira
Escolinha Neuchatel - A Casa de Piaget
Oficina e Com. Eletro Bricar Ltda.
Água Mineral Santa Catarina Ltda.
Vadel - Material Fotográfica S/A
Consultório de Psicologia



CHOCOLATE CASEIRO

Bombons finos, embalados ou por quilo corações, cestas, pirulitos de chocolate, etc., você poderá encomendar na sede da APUFSC para alegrar o seu Natal. O desconto poderá ser feito, através de autorização bancária, na data do pagamento de dezembro/84.

COPEGRA

Clínica Odontológica Pedra Grande Ltda.

Prótese - Cirurgia
Odontopediatria
Clínica Geral
Rua Rui Barbosa, 57 - Fone: 22-2004
Agrônômica - Florianópolis

RETROSPECTIVA

Para compreender melhor os acontecimentos deste ano, é preciso lembrar que em outubro de 1983 os docentes, através da ANDES, enviaram carta à Ministra da Educação com as reivindicações, sem entretanto obterem alguma resposta.

É nesta perspectiva, de total descaço para com a educação e os educadores, que iniciamos o ano.

1 9 8 4

3/fevereiro — A APUFSC participa, junto com grupo de pais, APP e ASUFSC, da reunião que reivindica perante a Administração a ampliação do nº de vagas do Colégio de Aplicação.

Na mesma data é encaminhado ofício ao Pró-Reitor de Ensino de Graduação, reivindicando mudança de orientação de que a contratação de docentes seja em regime de DE e não 20 horas como transmitido pela Pró-Reitoria aos Diretores de Centro.

13 a 18/fevereiro — O III Congresso Nacional da ANDES, realizado em Piracicaba, decide tentar negociação e discutir possibilidade de greve em maio.

28/março — É realizada Assembléia Geral dos docentes onde discute-se a campanha salarial do ano.

4/abril — Protocolada no MEC a pauta de reivindicações, com prazo de 30 dias para resposta; caracterizando esse mês como mês de mobilização interna e divulgação externa.

25/abril — Dia Nacional de Paralisação — por melhor condições de trabalho e em favor das eleições LIVRES e DIRETAS JÁ.

2/maio — A Diretoria da ANDES entra em contato com o MEC para obter resposta.

3/maio — Assembléia Geral dos docentes na UFSC onde se discute e delibera sobre a posição a ser tomada caso não haja resposta. A APUFSC leva voto contra a decisão de entrar em greve para a reunião de Belo Horizonte.

5/maio — Reunião de delegados de AGs em Belo Horizonte com a diretoria da ANDES para avaliar os resultados das Assembléias.

O delegado da APUFSC absteve-se de votar, porque representava a única universidade com posição da AG contra a entrada na greve.

16/maio — ANDES e FASUBRA se reúnem em Belo Horizonte para discutir unificação da luta.

15/maio — Inicia-se a greve nacional dos Docentes das IES Federais Autárquicas, pelo não atendimento das reivindicações, entre elas a reposição salarial de 64,8% sobre o salário de jan/84 a partir de janeiro e verbas para o pleno funcionamento das IES Federais Autárquicas.

20/maio — A greve foi às ruas no fim de semana, distribuindo nota aberta à população.

21/maio — Plenária do Plano Estadual de Educação para discutir propostas debatidas nos Centros.

— Servidores da UFSC entram em greve.

23/maio — Contato com a Ministra e com o Vice-Presidente da República (o Presidente se encontrava no Japão). Reconhecem que as reivindicações são justas, mas afirmam que o governo não pode atendê-las.

30/maio — Novo contato com a Ministra. A Câmara Federal faz Comissão Interpartidária de Apoio.

6/junho — Assembléia Legislativa de SC faz sessão especial onde os professores denunciam a crise da universidade.

8/junho — Até esta data o movimento grevista recebeu vinte e sete manifestações de apoio, entre elas do CREA/SC, Câmara Municipal de São José, Assembléia Legislativa, etc.

12/junho — Dia Nacional de luta pela abertura de negociações. É realizado ato público no calçadão com aproximadamente 3.000 pessoas.

13/junho — O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) divulga documento "Em defesa da Universidade Brasileira".

22 a 24/junho — Realizado 9º CONAD em Belo Horizonte que propõe a intensificação da luta, mantendo a mobilização da greve para aumentar pressão política e social sobre o governo, articulando manifestações unitárias com os funcionários públicos e outras categorias da sociedade.

25/junho — Sai reajuste de 65% (antes os funcionários já tinham 20% de "gratificação").

2/julho — A Ministra na TV anuncia projeto de equiparação salarial e exige que a greve termine dentro de uma semana.

4/julho — Ocupação da Reitoria realizando a AG no hall e formando comissões que percorreram as Pró-Reitorias, setores administrativos e gabinete do Reitor.

12/julho — DIA NACIONAL DA RESPOSTA... Aqui em Florianópolis, realizada Caminhada em defesa do Trabalho,

Salário, Saúde e Educação com a participação de docentes, servidores da UFSC e Servidores Públicos Federais (principalmente da Previdência). Estavam presentes mais de cinco mil pessoas.

13/julho — Realizada AG Conjunta (Professores, Servidores e Estudantes).

16/julho — Representantes dos Colégios de Aplicação das IES reuniram-se para discutir a greve das universidades.

18/julho — É decretada a ilegalidade da greve. A Ministra anuncia o corte de verbas para as Universidades, sustando, inclusive a remessa de verbas para o pagamento de pessoal no mês de julho.

24/julho — A ANDES apresenta ao MEC pauta de reivindicações modificada, abrindo mão da reposição salarial de 64,8% em troca de um reajuste emergencial de 100% do INPC em setembro. O MEC reafirma não negociar enquanto a greve não for suspensa.

26/julho — O CRUB divulga nota oficial declarando ter interrompido a mediação da greve.

30/julho — Marchezan negocia e Ministra promete "Comissão de alto nível" via CRUB e não punição se a greve acabar.

31/julho — AG decide pela continuidade da greve por ampla maioria.

3/agosto — Maioria das AGs nos Estados decidem suspender a greve.

7/agosto — AG da UFSC decide manter mobilização interna e se posiciona sobre a retomada das atividades.

16/agosto — Realizada AG de professores para decidir participação na AG Universitária dia 17, que decide manter o compromisso com a qualidade de ensino aprovado na Carta de Princípios e Dignidade Profissional.

Após quase 90 dias de greve, esperamos que em 85 mantenha o espírito de luta que caracterizou a categoria docente neste ano de 84.

Prof. José Fco Fletes

JÁ JORNAL DA APUFSC

Órgão informativo da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina. Aberto a todos os professores da UFSC, sejam ou não associados. Colaboração na forma de artigos e ensaios são bem-vindos, ainda que contrários às posições defendidas pelos atuais dirigentes da associação, desde que assinados.

Outras contribuições também são bem recebidas. Todas podem ser encaminhadas à sede da APUFSC, aos cuidados do coordenador editorial do JA, Professor Fletes.

REDAÇÃO

Edição e Planejamento Gráfico: Giovana Kindlein. Reportagem: Mirella Vieira. Supervisão: Prof. Cesar Valente (Reg. DRT-SC 706). A elaboração deste jornal faz parte da disciplina Projetos Experimentais em Jornalismo, do Curso de Comunicação Social da UFSC.

PUBLICIDADE

Contato: Magda Duarte dos Anjos — Fone: 33-2844.

Dra. Aníse B. dos Santos CIRURGIÃ DENTISTA

Convênio com APUFSC, IPESC,
PATRONAL, UNIODONTO
de Blumenau

Rua Anita Garibaldi, 19 - Sala 1006
Edifício Miguel Daux
Fone 22-0455 - Ramal 1006
Centro - Florianópolis



Colégio de Aplicação corre perigo

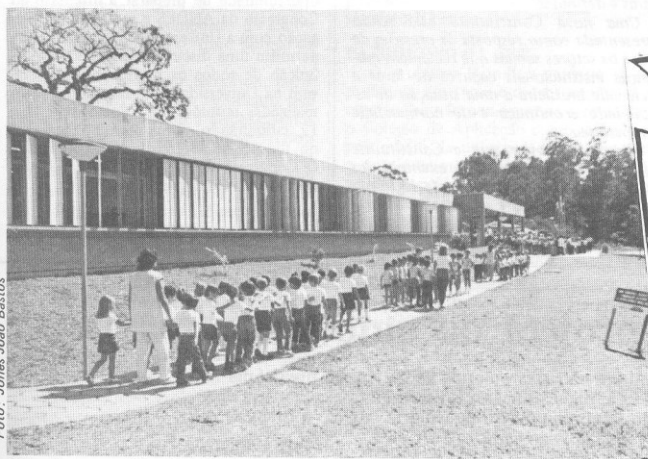


Foto: Janes João Bastos

Falta de espaço físico, falta de professores e pessoal de apoio. O Colégio de APLICAÇÃO precisa da ajuda da Comunidade universitária. (Página 3)



A APUFSC enviou telegramas aos governadores do Rio de Janeiro e São Paulo, também para as ADs locais, manifestando seu repúdio em relação aos acontecimentos que vêm ocorrendo contra o movimento docente da Universidade Metodista de Piracicaba, da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo e da Universidade Estadual de São Paulo que estão sofrendo diversos tipos de punições e outras características do autoritarismo.

(Leia matérias sobre o assunto no Boletim da ANDES.)

Tancredo responde.

Em novembro do ano passado, no encontro da ANDES, o futuro presidente fez um discurso, que está sendo mostrado nesta edição.

página 4

**O Reitor
fala sobre Construção
do prédio do CCH
Alojamento Universitário
Orçamento da
UFSC.**

página 5

**A íntegra do
Anteprojeto da
Autonomia**

página 2

EDITORIAL

Nos dias 24 de fevereiro a 1º de março de 1985, será realizado em Vitória, ES, o IV Congresso Nacional da ANDES. Este Congresso se dará após uma greve de 84 dias nas universidades federais autárquicas e antes da posse do Governo Tancredo Neves.

A greve teve uma adesão maciça dos professores em todo o País, contou com a simpatia e apoio de praticamente todos os setores da sociedade civil, entretanto seus ganhos foram insignificantes se comparados a sua força e repercussão, o que está carecendo de uma rigorosa avaliação. A posse do novo governo é resultado de uma nova composição de forças na estrutura de poder no País, onde as universidades e o Movimento Docente precisarão definir suas posições.

As transformações políticas estão se dando em um quadro de complexidade dos mais contraditórios, diversos setores sociais, muitos deles até antagonicos, estão buscando novas composições e ocupando novos espaços. Neste contexto terão maior possibilidade de influenciar

A Constituinte e os sindicatos no IV Congresso da ANDES

aqueles que estiverem melhor organizados. O Movimento Docente, que tem mantido a linha de independência e organização pelas bases, tem neste momento uma importante ocasião para fortalecer a sua estrutura democrática e melhor influenciar na nova composição política do País.

Para isso, duas discussões não podem estar ausentes no próximo Congresso da ANDES, a convocação da Constituinte e a Estrutura Sindical do País. Sobre elas é fundamental que se chegue a posições claras e definidas.

Uma nova Constituinte está sendo apresentada como resposta às pressões de todos os setores sociais que reclamam mudanças institucionais capazes de levar a sociedade brasileira a uma situação de estabilidade econômica e de normalidade democrática.

Temos de evitar que a Constituinte seja mais uma manobra, a exemplo das vezes anteriores, no sentido de legitimar "mais um pacto entre as elites" e alijar a maioria da população das decisões políticas.

Quanto à estrutura sindical, sabemos ser esta uma das mais típicas heranças do autoritarismo ditatorial e que anos de lutas contra a ingerência do governo nos sindicatos não foram suficientes para alterar a sua característica de ser um "mero apêndice do aparelho de Estado". A reorganização desta estrutura em bases democráticas é tarefa urgente e a experiência do Movimento Docente tem muito a contribuir.

Na UFSC, pela primeira vez, tivemos a oportunidade de preparar a discussão do Congresso da ANDES e a eleição da delegação com a Universidade em aulas, o que permitiu uma discussão ampla e a contribuição de todos os professores que estavam na Universidade em fevereiro. Foram realizadas reuniões nos Centros dias 11 e 12 culminando numa Assembléia Geral no dia 13 de fevereiro, cuja pauta foi: O Congresso da ANDES e a eleição dos nove delegados a que temos direito.

A DIRETORIA

O Anteprojeto da autonomia

A ANDES enviou um ofício circular de 24 de janeiro uma cópia do Anteprojeto de Lei divulgado pelo MEC na Reunião Plenária do CRUB em Porto Alegre no dia 21 de janeiro. Abaixo a íntegra da cópia enviada à APUFSC.

Art. 1º — A autonomia administrativa e financeira das universidades federais, a que se refere o art. 3º da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, será exercida com observância do princípio da supervisão ministerial, na conformidade do Título IV do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, com as ressalvas constantes da presente lei.

Art. 2º — A União, responsável pela manutenção e desenvolvimento das universidades federais, autárquicas e fundacionais, consignará no Orçamento Geral, sob a forma de dotação global, os recursos destinados a cada uma delas.

§ 1º — Os recursos especificamente destinados a cada universidade, na forma prevista neste artigo, ser-lhe-ão transferidos em cotas mensais, consideradas despesas realizadas do Tesouro Nacional.

§ 2º — Quaisquer saldos de exercício, exceto aqueles decorrentes de contrato, convênio ou acordo, incorporar-se-ão à receita integrante do orçamento das universidades federais no exercício subsequente.

Art. 3º — As universidades federais submeterão, anualmente, à aprovação do Ministro da Educação e Cultura a proposta orçamentária para o exercício seguinte, sob a forma de programa de trabalho anual, o qual deverá atender às diretrizes da política federal estabelecidas para a educação superior.

Art. 4º — O orçamento interno da universidade federal, incluídos os recursos próprios, será aprovado pelo órgão colegiado competente, nos termos do Estatuto e Regimento Geral da instituição, e sua execução autorizada pelo Reitor.

§ 1º — No curso do exercício e mediante prévia autorização do órgão colegiado competente, o Reitor poderá:

a) — transferir recursos de uma para outra dotação do orçamento interno, observado o disposto no § 2º;

b) — abrir créditos suplementares ou créditos especiais quando ocorrer acréscimo da receita;

c) — executar ou anular "restos a pagar", bem como reconhecer e quitar dívidas e compromissos de exercícios encerrados, vedado qualquer ônus adicional ao Tesouro Nacional, exceto quando o compromisso decorrer de lei ou de ato de autoridade federal competente.

§ 2º — As alterações que importem em transferência para Pessoal, dos recursos do Tesouro, destinados a Outros Custeios e Capital, deverão ser previamente autorizadas pelo Ministro da Educação e Cultura.

Art. 5º — Observados os valores máximos de remuneração fixados pelo Ministro da Educação e Cultura, os colegiados competentes da universidade, nos termos do Estatuto e do Regimento Geral, aprovarão, mediante proposta do Reitor:

I — o plano de cargos e salários, assim como os quadros de pessoal docente, técnico e administrativo;

II — a criação de cargos e funções;

III — os requisitos para admissão e promoção nas carreiras, observado, no caso do pessoal docente, o princípio estabelecido no art. 176, § 3º, item VI, da Constituição Federal, bem como os critérios para fixação de regime de trabalho.

Art. 6º — O pessoal das universidades federais será regido pela legislação trabalhista, assegurado aos servidores o direito de opção, no prazo de 60 (sessenta) dias, pelo regime jurídico a que estiverem atualmente submetidos.

§ 1º — Constituído o primeiro quadro de pessoal, subsequente à presente lei, fica assegurada aos atuais servidores das universidades federais autárquicas incluídos no sistema de classificação de cargos instituído pela Lei nº 5.645, de

10 de dezembro de 1970, o direito de optar, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, pela permanência naquele sistema, passando a integrar quadros em extinção.

§ 2º — O professor admitido por concurso público, após 2 (dois) anos de exercício, só poderá ser demitido em virtude de sentença judiciária ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Art. 7º — O Ministro da Educação e Cultura estabelecerá as normas gerais sobre execução orçamentária e classificação de contas das universidades federais.

Art. 8º — As universidades federais terão conhecimento ao Ministério da Educação e Cultura, para os devidos fins:

I — do orçamento interno e de suas alterações, aprovados na forma do art. 4º desta lei;

II — do Plano de Cargos e Salários, assim como dos requisitos para admissão e promoção nas carreiras, e dos critérios de fixação do regime de trabalho, aprovados na forma do art. 5º desta lei.

Art. 9º — Aplicam-se às universidades federais os princípios da licitação.

Art. 10 — As universidades federais prestarão contas, anualmente, do exercício financeiro encerrado ao Tribunal de Contas da União.

Art. 11 — O Poder Executivo poderá estender, no todo ou em parte, a estabelecimento isolado de ensino superior federal, o regime de autonomia financeira e administrativa fixado na presente lei.

Art. 12 — No prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação da presente lei, as universidades federais submeterão ao Conselho Federal de Educação os respectivos Estatutos e Regimentos Gerais adaptados às prescrições desta lei.

Art. 13 — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Colégio de Aplicação: Um patrimônio a defender

Repetindo o que já aconteceu no ano passado, muitos professores e servidores da UFSC ficaram sem vaga para os seus filhos no Colégio de Aplicação. O Colégio não pode atender a grande demanda deste ano por vários problemas, entre eles a falta de espaço físico, falta de pessoal de apoio e falta de professores.

O problema da qualidade de ensino nas escolas públicas provocado pela política educacional do governo, é o principal motivo pela intensa procura de vagas no Colégio de Aplicação. Este ano o Colégio oferecia apenas 90 vagas, as quais não poderiam ser preenchidas totalmente visto o número de repetentes e as chamadas turmas de prontidão, compostas de alunos que não acompanham o ritmo normal de aulas.

Segundo o professor Hamilton, presidente da APUFSC, isto significava que apenas 76 vagas estavam à disposição dos pais, o que causou grandes problemas pois a procura era muito grande. Em vista disto a APUFSC convocou uma reunião com os pais interessados e formou uma comissão para gestonar junto à direção do Colégio e à reitoria. Com um número significativo de pais, a comissão fez uma visita ao Reitor, sendo recebida pelo Pró-Reitor de administração. Os principais argumentos levantados pela comissão na visita foi o fato da matrícula ser um direito dos professores e servidores, além de que a

universidade não pagá sequer o salário educação e neste momento em que a universidade passa por uma crise a manutenção do Colégio de Aplicação é uma forma de ampliar espaço na luta pela valorização da educação, afirmando que o colégio é um patrimônio da UFSC.

Posteriormente o Reitor se mostrou sensível a esta argumentação e prometeu solucionar o problema das vagas. O número de vagas foi ampliado para 128, o que solucionou o problema imediato. Mas este acontecimento deixou claro que é necessário solucionar muitos outros problemas para que o colégio continue funcionando satisfatoriamente.

PATRIMÔNIO DA UFSC

O professor Hamilton garantiu que o problema das vagas e outros tendem a se repetir "se não começarmos a considerar o Colégio de Aplicação como verdadeiro patrimônio da universidade". Além disto o simples aumento da oferta de vagas não resolve o problema do colégio, e é necessário que a comunidade universitária participe ativamente para que se resolvam as dificuldades que podem afetar definitivamente a qualidade de ensino.

É de vital importância, de acordo com o presidente da APUFSC, que a comunidade universitária discuta e procure soluções para quatro pontos fundamentais.

O primeiro deles é o critério de seleção que, atualmente, dá margem a situações injustas e por isso uma das posições é dar ênfase maior à renda familiar dos professores e servidores. Em segundo lugar está a questão do atual espaço físico completamente deficitário, inclusive com problemas de segurança para as crianças. O acompanhamento didático-pedagógico é outro ponto importante na discussão, pois é necessário que se defina realmente o que é o Colégio de Aplicação — se ele é apenas um laboratório ou se tem condições de unir esta posição ao atendimento à comunidade e o que é necessário para isto.

Mas, a questão mais grave é a do pessoal deficitário, pois os professores do colégio sofrem exigências que vão além dos seus compromissos trabalhistas com a universidade, como única forma de manter a qualidade de ensino. Esta situação acaba criando uma condição ambígua, pois o pessoal sabe que faz um trabalho importante e, ao mesmo tempo, excedendo seus compromissos trabalhistas, acaba por conciliar com o sistema de exploração. O professor Hamilton enfatizou que "é preciso fazer com que a comunidade universitária entenda que o colégio não é um privilégio, nem tão pouco um favor. O Colégio de Aplicação é um patrimônio e como tal deve ser entendido e defendido".

CAPES atrasa bolsas

Se você estiver lendo algum jornal, facilmente poderá encontrar nos classificados, anúncios de professores como este: "Professor universitário dá aulas particulares" ou ainda "Vende-se Brasília 79 em bom estado". Estas são algumas das alternativas encontradas pelos pós-graduandos bolsistas do PICD, que não recebem o pagamento de suas bolsas.

O PICD (Plano Institucional de Capacitação Docente) tem por finalidade dar apoio aos professores que saem para cursar pós-graduação. Este plano recebe verbas da CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Mas os professores não estão recebendo o pagamento de suas bolsas em dia porque a CAPES não tem enviado as verbas normalmente.

Maria da Graça Nóbrega, professora da UFSC, doutoranda em educação e bolsista do PICD, diz que o atraso das bolsas ocorre por questões desvinculadas do bolsista, mas é ele quem sofre as consequências.

Para ela existem três consequências importantes:

Desgaste Financeiro

"A gente faz um plano do gasto do salário e da bolsa. Como a bolsa atrasa, enfrentamos problemas como pagamento de juros nas prestações, pagamento de juros nos aluguéis de apartamentos, além dos telefonemas interurbanos que o bolsista passa a fazer para a sua instituição de origem para que se agilize o envio do pagamento" argumenta Maria da Graça.

Desgaste Intelectual

Ela conta que o pós-graduando tem que reduzir o seu tempo de estudo, de produção intelectual em benefício da procura de dinheiro. O que é "uma total distorção do trabalho", diz ela.

Relação de Favor

O atraso faz com que se estabeleça uma relação de dependência entre o bolsista e a sua universidade de origem. "O bolsista precisa ficar correndo atrás do dinheiro", comenta a professora.

Diante desta situação algumas instituições federais, durante o segundo semes-

tre, resolveram fazer adiantamentos para os bolsistas com recursos de outras fontes. Maria da Graça considera esta medida apenas paliativa, "já que a CAPES continua atrasando o envio das verbas".

Devido aos atrasos, os bolsistas realizaram Encontro Estadual de Bolsistas PICD, em fins de novembro, na PUC, no Rio de Janeiro. Nesse encontro, resolveram denunciar o problema, enviando cartas à imprensa, às Pró-Reitorias de Pós-Graduação e também à CAPES. Os bolsistas marcaram nova reunião para o mês de fevereiro, esperando que até lá a CAPES já tenha se posicionado.



Professor César Valente por ter me orientado
realmente.

Mirala Vieira Marcelino por ter me ajudado na
elaboração do texto do jornal.

Professor José Francisco Fietes por ter me
ajudado nas primeiras dificuldades.

Dedico este trabalho:

A todos aqueles que contribuíram
para que este projeto se concluísse.

A resposta de Tancredo ao documento da ANDES

“A educação é necessidade nacional”

Em novembro do ano passado, durante o encontro entre a ANDES e o futuro presidente Tancredo Neves, para debater sobre a universidade, o candidato a presidência fez um discurso, do qual publicamos uma síntese neste número do JA. É importante lembrar sempre dos compromissos assumidos pelo candidato Tancredo Neves, que é hoje o nosso atual presidente.

“A educação é necessidade nacional prioritária porque dela dependem a formação do cidadão e sua preparação para o exercício das funções sociais básicas para a continuação de uma Nação mais justa, democrática, livre e soberana. Dela depende a superação da profunda dependência tecnológica a que foi conduzido o Brasil, meta indispensável à recuperação de uma verdadeira identidade nacional.

A universidade brasileira passa hoje pela mais grave crise de sua história, em decorrência do sistemático corte dos recursos financeiros a ela canalizados, conduzindo-a a um estado de lamentável penúria, absolutamente incompatível com o projeto do Brasil livre e democrático.

É imperioso restituir à universidade suas condições de pleno funcionamento para que ela possa reassumir o destino que lhe cabe na educação nacional.

O princípio da dedicação plena à instituição de ensino, defendido pelos docentes é requisito da maior relevância para os elevados padrões que deve perseguir a universidade, vem sendo sistematicamente violado pela política suicida de cortes de verbas. Dentre os docentes universitários, não são poucos os que vêm sendo obrigados a deixar sua instituição ou a estender sua jornada de trabalho, buscando outros empregos ou trabalho adicional, de modo a obter salários compatíveis com sua formação e condições de apropriado exercício profissional.

É necessário que o compromisso político com a educação pública contenha uma firme determinação de valorização do pessoal docente, através de remuneração adequada, implantação da carreira de magistério, e maior qualificação dos professores através de programas de pós-graduação no País e no exterior.

É indispensável incentivar o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnoló-

gica em nossas universidades públicas, ampliando seus recursos financeiros, diretamente pela elevação de seus orçamentos e indiretamente pelas transferências de verbas das agências federais de fomento como o CNPq, a FINEP e a CAPES.

O vagaroso ritmo de expansão da universidade pública fez do ensino superior no Brasil uma educação de ricos, para os ricos. Mas a universidade pública deve ser da nação brasileira. Não pode ser um privilégio de alguns poucos que têm a fortuna de alcançá-la.

Nesse processo de reconstrução, uma universidade federal efetivamente gratuita e integralmente mantida pelos poderes públicos será o cerne de nossos esforços no desenvolvimento do ensino superior. Para edificar uma educação democrática no país, é condição fundamental promover a ampliação de vagas na universidade pública, especialmente na universidade federal, bem como assegurar a gratuidade do ensino que ela oferece.

Compete ainda ao governo, no que se refere aos estabelecimentos públicos ou privados, zelar pela separação de atribuições entre órgãos decisórios aos quais cabe a gestão patrimonial e aqueles responsáveis pelo conjunto da vida acadêmica nos seus aspectos didáticos, administrativos e financeiros.

Democrática na sua estrutura e no seu modo de atuar, a nova universidade pública, dentro das normas da convivência acadêmica, permitirá no seu interior o exercício da cidadania, que é um dos esteios do debate crítico assentado no pluralismo e na diversidade, razão de ser da instituição universitária.

É indispensável assegurar à universidade pública, seja ela autarquia ou fundação, sua efetiva autonomia acadêmica, administrativa e financeira. Autonomia que não a desvincule do Estado nem signifique a definição de seus objetivos e modos

de atuação independentemente dos interesses sociais.

A autonomia acadêmica da nova universidade pública deverá propiciar o exercício responsável de suas atribuições na definição dos cursos, dos currículos e dos processos de seleção dos estudantes, sempre de modo articulado com o ambiente social no qual a instituição está inserida e resguardado seu dever de buscar a excelência profissional e acadêmica.

A autonomia administrativa da nova universidade pública deverá permitir que sejam adotadas formas mais eficazes de sua organização, ensejando a redução de seus custos e um melhor desempenho do conjunto da atividade universitária, inclusive e principalmente no que tange ao esforço de pesquisa.

A autonomia financeira da nova universidade pública deverá garantir as condições necessárias para a flexível e eficiente gestão dos seus recursos. Desfazendo as inadequadas restrições hoje existentes, e sem subtrair a instituição universitária do controle de sua despesa pelos órgãos públicos pertinentes, sua efetiva autonomia financeira será poderosa alavanca a movê-la rumo a seu caminho.

A nova universidade pública, elemento de relevo na reconstrução do ensino superior brasileiro, terá ampla e ativa participação nos processos e nas decisões que fixam as prioridades das pesquisas necessárias ao país.

Tenho certeza que a mobilização nacional que se fará para uma Assembléia Constituinte em 1986 oferecerá instrumentos políticos, jurídicos e institucionais modernos, necessários à reconquista da educação como veículo de avanço social e como fio condutor de formação da nacionalidade.

Muito Obrigado.



Foto: Paulo Dutra

A construção do CCH, Alojamento Universitário e orçamento para 1985 são assuntos que têm preocupado em muito a comunidade universitária. O JA esteve conversando com o reitor sobre estes assuntos no dia 30 do mês passado e traz a entrevista na íntegra nesta edição. Além destes assuntos a entrevista traz a posição do reitor sobre outros problemas que envolvem a universidade nesta transição de governo.

A CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DO CCH

JA: No dia da posse da diretoria do CCH, você assumiu o compromisso de utilizar o dinheiro da venda do prédio da Odonto para a construção do prédio do CCH, reiterando esta posição na reunião dos diretores de Centro no dia 28. Este compromisso continua de pé?

R: Essa é uma definição antiga. Quando se construiu o prédio da Odontologia, aqui no Campus, parte do recurso destinava a atender o CCH e o CED. Então a medida que nós conseguíssemos vender o prédio da Odonto, no centro, estes recursos seriam destinados à construção do bloco de salas-de-aula do CCH. Essa é uma definição que será mantida.

JA: Por quanto foi vendido o prédio?

R: A venda foi feita em 3 parcelas. Recebemos nos últimos dias do ano, 169 milhões. Uma outra parcela que será paga este ano, em torno de 10 mil ORTNs e para 1986 cerca de 23 mil ORTNs.

JA: Essa verba será toda destinada à construção do CCH?

R: Será tudo destinado para a construção. Mesmo assim, nós teremos que completar com outros recursos.

JA: Quais seriam estes recursos?

R: Nós estamos agora definindo a construção do prédio com a participação do pessoal do CCH. Então logo isto acontece nós poderemos avaliar realmente o custo, mas estima-se que haverá necessidade de mais algum complemento.

JA: Se faltar, a Reitoria vai completar?

R: A Reitoria vai solicitar ao MEC, como vem fazendo há tempo (risos) ... porque não temos recursos suficientes para uma obra desse vulto.

ALOJAMENTO UNIVERSITÁRIO

JA: Como está o projeto do alojamento universitário?

R: O projeto foi concluído pela equipe que venceu o concurso entre professores e alunos do Departamento e do curso de Arquitetura. Este projeto está agora sendo detalhado, tanto a parte arquitetônica, quanto estrutural. Simultaneamente nós estamos tentando conseguir os recursos para o seu início, porque eu sempre disse que isto dependeria da participação da comunidade. Então nós esperamos, não só de nossa comunidade diretamente envolvida, mas também da comunidade catarinense. Muitas prefeituras sempre estive-

Ampliação de Orçamento Esperança com Tancredo

ram dispostas a colaborar com este empreendimento. Esperamos que o governo federal e até o estadual possa contribuir com parcelas desta construção. Pretendemos pelo menos iniciar até o final do 1º semestre.

JA: O local já está definido?

R: É nessa área contígua ao Campus, onde fica a caixa d'água da UFSC, perto do Colégio de Aplicação.

JA: O alojamento vai atender realmente os estudantes carentes e os professores visitantes?

R: A idéia é atender estudantes carentes e também os professores visitantes que venham para a UFSC por períodos muito curtos.

JA: Existe algum recurso para construção do alojamento?

R: Ainda não.

JA: O governo federal vai ter participação nisso?

R: Não. O governo federal por enquanto não. Foram feitos contatos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e também um contato inicial com o BNH.

JA: E obtiveram resposta?

R: Não. Não tivemos mesmo porque nós estamos em final de governo, isto torna difícil qualquer compromisso. Agora nós esperamos que com o novo governo, quando a ênfase a área social e conseqüentemente educacional que esse apoio se concretize.

JA: Foi feita uma estimativa do custo inicial da obra?

R: Inicialmente, a primeira etapa estava estimada em torno de 800 milhões de cruzeiros para abrigar 140 pessoas.

JA: De que forma você espera que a comunidade participe deste projeto?

R: Espero o envolvimento dos estudantes, porque esta idéia surgiu deles. Espero que desenvolvendo uma campanha estadual a comunidade colabore com recursos que permitiria cobrir parte da construção. O alojamento é uma perspectiva maior para a universidade de fato, porque aqui em Florianópolis há muitas deficiências no alojamento para estudantes.

ORÇAMENTO PARA 1985

JA: Qual o orçamento da UFSC para 1985?

R: Nós acreditamos que o novo governo tem demonstrado um especial interesse pela universidade brasileira, e que esse interesse se concretize numa ampliação dos orçamentos das universidades federais. Já que o nosso orçamento, como todos os anos, vai depender de suplementações. O recurso inicial não atende as necessidades da universidade durante o ano.

JA: Esse recurso inicial vai até que mês?

R: Em princípio, ele atenderá, a maioria das áreas até maio. Agora isso depende muito de cada setor, porque nós estamos atendendo as necessidades materiais dos centros e muitas vezes deixamos outras despesas que são administradas de

forma comum, como luz, água, para pagarmos depois quando ocorre a suplementação.

JA: O que você espera do novo governo?

R: Espero que além de dar condições para uma democratização maior no país, principalmente da consolidação do regime democrático, que na área da educação se traduza em ampliação de orçamentos. Porque a primeira condições para que as universidades e escolas de 1º e 2º graus possam funcionar é de que hajam recursos suficientes. Essa é a primeira reivindicação. Depois, que nós tenhamos uma política educacional definida. No âmbito da universidade que defina-se exatamente a autonomia, que não se conceda porque isto é inerente à universidade, mas que se elimine as amarras que existem a sistemas de pessoal e planejamento centrais que dificultam muito a administração diária da universidade.

JA: Exemplifique.

R: Em primeiro lugar, nós precisamos de um plano de classificação de cargos que de salários condignos para professores e servidores, formas de promoção e de carreira que fiquem no âmbito da universidade, não na dependência de órgãos administrativos, como o DASP. Em termos de estrutura e de escolha de dirigentes que fiquem ao encargo da universidade de para que ela possa inovar.

JA: O CRUB influenciará na futura escolha do Ministro da Educação?

R: Não. A escolha do Ministro é da competência do Presidente. O CRUB não se manifestou, porque isto é uma questão muito especial. É evidente que nós esperamos que seja uma pessoa que tenha conhecimento da área e que tenha aceitação da área da educação. Não adianta nós termos um Ministro altamente competente se ele não tem respaldo das demais áreas do governo que permitam que sua atuação se torne real e efetiva. Então o Conselho de Reitores não vai se manifestar sobre isso.

JA: Existe algum nome em cogitação?

R: ... Não, um nome indicado pelo Conselho, não ...

JA: Qual a posição do Reitor quanto ao Projeto de Reestruturação da Universidade, da Ministra da Educação, apresentado na reunião do CRUB em Porto Alegre?

R: Há um projeto apresentado ao CRUB que é a revogação de projetos anteriores sobre a autonomia administrativa e financeira da universidade. Só se restringe a isso. Apenas dá maiores condições de gestão administrativa e financeira. Esse projeto na realidade chegou muito tarde. Estamos no final desse governo e a sua implementação vai depender do novo governo, então ele que decidirá qual é a sua posição em relação às universidades. De qualquer forma é uma iniciativa que traz alguns benefícios em termos de administração específica, mas há necessidade que se veja num contexto maior em que vai atuar a universidade.

O papel da universidade no pacto social

por Norberto Sühnel (*)

O pacto social proposto por Tancredo reserva à universidade brasileira um dos principais papéis na sua operacionalização. Já na fase política desse pacto, onde todos os segmentos sociais buscarão definir suas novas relações, e que culminará com a reforma constitucional, a universidade está sendo convocada à discussão. Mas é na face sócio-econômica que o papel da universidade vai se tornar decisivo para o pacto. A base ideológica desta face do pacto já está definida: é na livre-iniciativa das pessoas que o pacto social almeja conseguir para todos os brasileiros condições mínimas de sobrevivência revestidas de um nível de dignidade humana razoável. Devendo-se obter tais condições a partir do desenvolvimento, ao máximo, da capacidade organizacional do cidadão, tanto a nível político quanto a nível econômico. Em outras palavras, se a competência organizacional de cada cidadão em idade de trabalho é a base última de todo o sistema, é no desenvolvimento dessa competência que o pacto social irá buscar forças para a estabilização sócio-econômica do País, e a elevação do nível de vida da população em geral.

Na organização do trabalho e da economia o pacto social contará com cinco segmentos fundamentais. São eles: empregados, empregados, profissionais liberais, profissionais autônomos e desempregados. É a capacidade organizacional desses cinco segmentos que sustentará e dará o nível de vida ao resto da população. São esses cinco segmentos, portanto, que deverão firmar o pacto social econômico, visando dar ao brasileiro em geral um nível satisfatório de sobrevivência, a começar pela eliminação do desemprego e do subemprego, e visando o pleno emprego com salários dignos reais e não oficiais.

Como esse quadro de aspiração sócio-econômica é o objetivo do pacto social, celebrado basicamente entre esses cinco segmentos componentes do esforço de produção, delinea-se claramente aquilo que constituiria a restauração do mercado interno, pelo pleno emprego bem remunerado. A tarefa econômica a qual se liga profundamente o papel da universidade fica claramente definida. Essa tarefa é o fortalecimento da economia interna, que significa antes de tudo consumidor interno, que significa antes de tudo pleno emprego bem remunerado. Essa tarefa pede

a definição de sua própria unidade operacional, para ser discutida e realizada objetivamente. E a reconstrução econômica de que estamos falando tem a sua unidade natural, indiscutível ao nosso ver, que é a economia municipal. É preciso fortalecer a economia municipal e buscar a partir da solução de pleno emprego bem remunerado. Mesmo porque João trabalha onde João reside. E isso é totalmente determinante. A universidade, portanto, dentro do pacto social, será chamada a ajudar tecnicamente na restauração das economias municipais deste País. Única maneira capaz de se atingir os fins sociais almeçados, que no fundo se resumem à redenção econômica do País.

O que o pacto social deve fazer em sua face econômica, torna-se, dentro dos princípios até aqui discutidos, bastante claro. O pacto social deve reunir, em cada município, patrões, empregados, profissionais liberais e autônomos, desempregados, e esses cinco segmentos devem decidir concretamente sobre a economia local. A primeira decisão a ser tomada é a de que não poderá haver no município desempregados, e salários insatisfatórios. O que fazer, economicamente, no município para que assim seja? A reunião desses cinco grupos, que compõem o sistema de produção do município, é que deverá dizê-lo. E para isso, o grupo necessitará "conhecer" em profundidade as possibilidades do município. Entra exatamente aí o papel da universidade, que é uma instituição dedicada exclusivamente a produzir e distribuir "conhecimento". Sendo que o conhecimento que será pedido a ela produzir e distribuir para o pacto será o das possibilidades econômicas do município. Se a busca do pleno emprego bem remunerado deve se iniciar dentro da economia municipal, a informação que será necessária, aos cinco segmentos do pacto econômico municipal, para se dar uma resposta às intenções do pacto, vai se definindo.

A geração de empregos, bem remunerados, no município, começa pela decisão de se tornar o município o mais auto-suficiente possível. Quais as importações do município, e seus quantitativos. A substituição de importações requer o desenvolvimento de novas competências no município. Quais as competências do município e quais as possibilidades de seu desenvolvimento a curto, médio e longo prazos?

Qual é, em outras palavras, a competência ocupacional atual e perspectivável para o município? Só essas duas informações, as mais importantes de todas quantas se possa levantar, dão à universidade uma tarefa informacional grande, requintada, decisiva para o pacto social. É uma tarefa muito bem definida.

A universidade, no Brasil, é o local onde há a mais alta potencialidade disponível para transformações tecnológicas de toda natureza, e que poderá condicionar os novos quadros ocupacionais humanos na sociedade. Toda a pesquisa, ensino e serviços da universidade tem uma única e exclusiva clientela: a ocupação humana. Por isso a universidade é voltada, por natureza, ao estudo da competência humana em geral, em cima de cujo desenvolvimento, o pacto social deve buscar o crescimento das oportunidades a partir do mercado econômico municipal, com a substituição de importações, buscando transformar cada município numa célula da máxima auto-suficiência econômica.

O jogo do pacto social, para a universidade e seu papel, está pois definido com clareza. Assim que for obtido o consenso político sobre a responsabilidade, em cada município, de patrões, empregados, profissionais liberais e autônomos, e desempregados, assumirem eles mesmos a definição de uma economia municipal mais informada, entra a universidade como o instrumento de informações que permitirá a análise e a definição das evoluções possíveis, feitas pelas próprias classes envolvidas no trabalho.

Se a universidade relutar em assumir este papel desde já, pela inteligência possível, aqui demonstrada, de sua função natural e no pacto, é só esperar que este se estabeleça, e trazer para dentro dela a representação de patrões, empregados, profissionais liberais e autônomos e desempregados, pois tais representações têm autoridade social e moral para exigir da universidade o cumprimento de seu papel natural e no pacto social. De qualquer forma pessoas dentro da universidade que desejam fazer o que é preciso já existe, mesmo que a instituição como um todo custe um pouco a assumir a tarefa decisivamente.

(*) O professor Norberto é do departamento de Física da UFSC.

Conselho de Representates aprova plano de trabalho

No dia 18 de dezembro a diretoria da APUFSC, gestão 84 - 86, levou uma proposta de plano de trabalho para ser debatida na reunião do Conselho de Representates. Este plano foi aprovado pelo Conselho. Destacamos aqui, as suas diretrizes.

A diretoria entende que o Movimento Docente brasileiro em geral e na UFSC em particular terá de enfrentar uma nova fase de aprofundamento das suas lutas e ampliação das suas bases. Até agora, este movimento tem apresentado grandes modificações no auge das suas campanhas salariais, seguidas de períodos onde apenas um pequeno número de professores permanece ligado às suas atividades, e a grande maioria volta à mais completa "normalidade" da vida acadêmica. Para superar estas limitações a atual diretoria propõe:

Uma administração descentralizada. Para isso, pretende fortalecer a Assembléia Geral e o Conselho de Representates, dar maior autonomia aos diretores da associação, incorporar os membros do Conselho Fiscal ao trabalho da diretoria e fazer reuniões periódicas de diretoria abertas a todo o quadro associativo.

Grupos de Trabalho. Uma das maiores dificuldades enfrentada por uma diretoria é dar andamento às várias sugestões apresentadas pelos associados. Assim para contornar esta dificuldade sugerem a criação de grupos de trabalho para as atividades específicas de interesse de todos os associados. Estes grupos serão organizados pelas pessoas interessadas e contarão com toda infra-estrutura que a Associação possa oferecer. Já estão em implantação alguns destes grupos (Apostolado, Colégio de Aplicação, Agrotóxicos, Informática, etc.).

Utilização da união dos professores. Isto possibilitará a criação de grupos consociados para compras comunitárias, para melhor enfrentar a crise. A APUFSC será o agente aglutinador e fiador destas atividades (compras de eletrodomésticos, automóveis, etc.) com grandes vantagens.

II - Quanto ao papel do professor como trabalhador, entendem que cada vez mais torna-se

imprescindível o aprofundamento dessa discussão política e apresentam três linhas de discussões:

O papel da Universidade a ser debatido no Congresso Universitário, proposta da última greve a ser retomada o mais breve possível.

Articulação com o Movimento dos Servidores Públicos Federais. É inegável o crescimento do movimento dos servidores públicos federais, principalmente em Santa Catarina, e a nossa Universidade terá de se definir quanto a ele e quanto à filiação de nossa entidade à Federação dos Servidores Públicos Federais de Santa Catarina.

O Movimento Sindical. A discussão sobre a atual situação do movimento sindical brasileiro tem sido adiada pelo M. D., mas seguramente será um dos problemas de maior importância no próximo Congresso da ANDES, é urgente que aprofundemos a discussão para permitir um posicionamento claro neste Congresso.

III - Ação Cultural e Científica. O objetivo principal dessa área de atuação da APUFSC é encaminhar atividades que promovam a integração dos professores segundo suas tendências e interesses.

Dessa forma, as propostas para o desenvolvimento de atividades técnico-científicas, artísticas e culturais são as seguintes:

- criação de grupos de estudo sobre assuntos de interesse específico;

- promoção de palestras, painéis e debates;

- promoção de shows de música e peças teatrais;

- organização de reuniões semanais fixas para a divulgação de teses e trabalhos científicos, assim como de poesias, contos, etc.;

- organização de grupos de encontro de música, arte e vídeo.

Também considerando os interesses dos associados, a nível de relacionamento com a sociedade, serão promovidas atividades conjuntas com as demais entidades profissionais, sindicais e associações de base. Inclui-se a essa proposta a promoção de intercâmbio de professores com outras universidades.

A FEESC como instrumento de apoio

Entre os objetivos atribuídos à FEESC, em seus estatutos, destacamos-se.

- Contribuir para manter e desenvolver os cursos do CTC;
- Promover o aperfeiçoamento do pessoal docente;
- Estimular os estudantes através de estágios práticos;
- Estimular e promover a pesquisa;
- Promover a criação e colaborar na manutenção de curso de extensão, aperfeiçoamento e pós-graduação.

A FEESC tem procurado criar condições para uma maior produção científica e tecnológica do corpo docente da UFSC, apoiando e incentivando a iniciação à pesquisa; para tanto, utiliza seus recursos no FUNPESQUISA/UFSC e em programa próprio de apoio à pesquisa.

Ainda com recursos próprios, a FEESC subsidia projetos quando se encontram em fase de renovação e nos casos em que há um retardamento na liberação dos recursos, evitando com isso a paralisação das atividades de execução da pesquisa; bem como, aos departamentos e laboratórios para atender suas necessidades mais urgentes.

O apoio estende-se a prestação de serviços à comunidade através de execução de serviços técnicos e científicos, pelos diversos departamentos e laboratórios.

Prof. Rogério Cid Bastos
Diretor-Secretário da FEESC

O Conselho da APUFSC

Na luta pela democratização da entidade foram eleitos no dia 4/12/84 os representantes do Conselho da APUFSC. Os titulares e seus respectivos suplentes são os seguintes:

Biologia: Jeanete Agostini e Benedito Lopes.

Ciências Morfológicas: Ricardo Tramonte e Newton Carvalho.

Microbiologia e Parasitologia: Bruno R. S. Júnior.

Ciências Fisiológicas: Cândido G. Freitas e Neusa Bianchini Arruda.

Matemática: Maria da Graça Rodrigues e Robert Ozório Moreira.

Física: Jaime Ultramar e Rafaela Sebastianes.

Ciências Sociais: Tamara Benakouche e Mario José Leis/Remy Fontana.

Filosofia: Selwyn J. Assis e Edeydo Vieira.

Comunicação: Carlos Adi Vieira.

Artes: José Arno Scheidt e Antônio Mauro Motta.

LLV: José Luiz Meurer e Maria Helena Almanca.

Colégio de Aplicação: Rodolfo Pantel e Sandra Mendonça.

Est. Esp. Educação: Rose Marise Lassa e Maria da Graça C. Xavier.

Met. Ensino: Vera Lúcia Bazzo e Leda Scheibe.

Biblioteconomia e Documentação: Neusa Cordeiro Bonetto e Liane Bielinski.

Zootecnia: José Antônio Ribas Ribeiro e Luiz Osvaldo Coelho.

Fitotecnia: Paulo Emílio Lovato e Enio Luiz Pedrotti.

Ciência e Tec. Alimentos: Antônio José Prudêncio e Rubem Alceu Machado.

Rogério Goulart e Cleide Raesna Vieira.

Agricultura: Jostel de Marco Gomes e Francisco Cunha.

Prat. Desportiva: Paulo Soares de Macedo e Jamira Lindocir da Silva.

Educação Física: Ubirajara Oro e Maria Cecília de M. Mocker.

Arquitetura e Urbanismo: Eloah de Castro Campos e Américo Ishida.

Eng. Civil: Nilton de Oliveira Cunha e Ana Maria Beneciven Franzoni.

Eng. Mecânica: Walter Antônio Bazzo e Hélio de Brito Costa.

Eng. Prod. Sistemas: Raul Valentim da Silva e João E. E. Castro.

Nutrição: Neila Maria Viçosa Machado.

Computação: Claudete Ruas e José Mazucco Júnior.

Combinado é o campeão de 84

"O esporte é uma forma bastante eficiente para congregar os professores da UFSC" declarou Dino Zanette, diretor de assuntos sociais e esportivos da APUFSC, quando comentou o Torneio de Futebol de Salão promovido pela associação.

Participaram dez equipes, onde aproximadamente cem associados competiram semanalmente durante o período de 23/11/84 a 19/12/84.

Combinado, Centro de Desportos e Engenharia Civil foram respectivamente o primeiro, segundo e terceiro classificados deste torneio.

Combinado, o time vencedor, jogou com Dilson, Eduardo, Mércles, Antônio Carlos, Marcos, Ademir, Mariano e Dino. Numa partida muito disputada, eles venceram por 3x2 o time do Centro de Desportos que jogou com Paulo, Ademir, Manoel, João Carlos, Sidney, Nelson, Pegoraro, Oscar, Valmir e Ricardo. A equipe da Engenharia Civil venceu por W.O. A Engenharia Elétrica não compareceu ao jogo.



BAR APUFSC

Vamos colocar uma barraca ao lado da APUFSC e fazer uma espécie de bar, a funcionar somente nas sextas-feiras à tarde, com cervejas e refrigerantes. No entanto, **MÚSICA é FUNDAMENTAL** e solicitamos que as pessoas possam contribuir com o "toque musical". Entre em contato com Lore Fortes (ramal 250) ou na APUFSC, para que a partir de março já comece a funcionar o novo e improvisado "BAR APUFSC"

ATENÇÃO

A livreria da FEESC - Centro de Convivência, informa aos professores da UFSC que poderão fazer, desde já, a indicação dos livros que usarão com os alunos no 1º semestre/85. Poderão dirigir-se à Livreria ou pelo Ramal 212. É de suma importância que isso seja feito até fins do mês em curso para que os livros estejam na livreria em tempo hábil.

Reajuste salarial diferenciado: uma vitória

No início deste ano os docentes das IES Federais Autárquicas receberam um reajuste salarial diferenciado de 20% sobre os 100% do INPC recebido pelos funcionários públicos federais.

Não foi sem luta que este reajuste saiu. Os docentes lançaram uma nota oficial no dia 05/01 protestando contra a protelação do governo em divulgar o aumento e exigindo que este cumprisse o compromisso assumido anteriormente, por ocasião da greve de 1984. Além desta nota, a ANDES manteve contato constante com o vice-presidente do CRUB e enviou telegrama à Ministra da Educação, solicitando urgência na divulgação do percentual de aumento.

O que é importante lembrar neste momento é que este reajuste diferenciado para os docentes é consequência do movimento grevista que durou 84 dias no ano passado. É necessário agora continuar a fazer com que o governo cumpra as suas promessas e, principalmente, que o presidente eleito, Tancredo Neves, faça valer o seu discurso na UNB proferido durante o encontro com a ANDES em novembro de 84.

É fundamental ainda que os professores tenham consciência de que o movimento docente a nível nacional tem força suficiente para permanecer na luta pela sobrevivência da universidade, pelo ensino público gratuito e pelo aumento da qualidade do ensino no Brasil.

JA JORNAL DA APUFSC

Órgão informativo da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina. Aberto a todos os professores da UFSC, sejam ou não associados. Colaboração na forma de artigos e ensaios são bem vindos, ainda que contrários às posições defendidas pelos atuais dirigentes da associação, desde que assinados.

Contras contribuições também são bem recebidas. Todas podem ser encaminhadas à sede da APUFSC, aos cuidados do coordenador editorial do JA, Professor Fletes.

REDAÇÃO

Edição e Planejamento Gráfico: Giovana Kindlein. Reportagem: Mirela Vieira e Giovana Kindlein. Supervisão: Prof. Cesar Valente (Reg. DRT-SC 706). A elaboração deste jornal faz parte da disciplina Projetos Experimentais em Jornalismo do Curso de Comunicação Social da UFSC.

PUBLICIDADE

Contato: APUFSC - Fone: 33-2844.

DIRETORIA APUFSC - GESTÃO 84/86

*PRESIDENTE: Hamilton Carvalho de Abreu
VICE-PRESIDENTE: Talmir Duarte da Silva
SECRETÁRIA GERAL: Maria Teresa Leopardi da Rosa*

*1º SECRETÁRIA: Edla Maria Faust Ramos
TESOUREIRO GERAL: Luiz Henrique W. Verani*

1º TESOUREIRO: Carlos Alberto Franca Dantas

*DIRETORA DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA: Amazile de Holanda Vieira
DIRETORA DE ASSUNTOS CULTURAIS E CIENTÍFICOS: Lore Fortes
DIRETOR DE ASSUNTOS SOCIAIS E ESPORTIVOS: Dino Zanette*

Composição e Impressão Editograf tel.44-0877

Os professores e o Congresso da ANDES

No manifesto à Nação (Cuiabá, 7/10/84) a ANDES afirma: "Os docentes reafirmam seu repúdio ao Colégio Eleitoral, casuisticamente montado para garantir a continuidade do regime". É mais à frente declara: "Uma alteração significativa no atual quadro político dependerá essencialmente da retomada da articulação autônoma e independente dos setores organizados da sociedade para reafirmar claramente à Nação as suas propostas e reivindicações. . ."

Neste documento já estão colocados os pontos de partida para a definição das linhas de atuação da ANDES no próximo período.

Após a reunião do Colégio Eleitoral — que homologou o nome de Tancredo, fruto da maior aliança de elites já feita no país para traçar a aspiração legítima do povo por Diretas - já — nos é proposto o pacto social. Pacto que pressupõe um acordo de interesses antagônicos, uma "trégua" na luta que não podemos abandonar sob pena de perdermos o que conquistamos, principalmente a nossa organização. Querem que aceitemos o pacto, aceitando com isso as regras do FMI, a Lei de Segurança Nacional, o SNI, a lei anti-greve, o ensino pago e tudo contra o que sempre lutamos. Aceitar o pacto significa ainda esperar uma Constituinte imposta para 88. Querem um "crédito de confiança" e "paciência". Como confiar em que abandona a luta pelas Diretas e vai negociar no Colégio Eleitoral? Não podemos concordar com o pacto social da Aliança Democrática, e como resposta, o Congresso da ANDES deve aprovar a inclusão em sua plataforma de lutas: "Constituinte já — Livre, Soberana e Democrática."

Os professores devem reafirmar a autonomia e a independência do Movimento

Docente, não abandonando o terreno da luta. O fortalecimento das ADs e da ANDES passa pela prática desses princípios e também pela articulação com outros setores organizados. A maior mobilização que possamos conseguir em torno das bandeiras da Educação é extremamente importante para a conquista de nossas reivindicações. Será necessário envolver outras entidades como a UNE, a UBES, a FASUBRA, a CPB, nas lutas da Educação, de forma conjunta. Para isso o próximo Congresso deve avaliar a proposta de realização de uma Plenária Nacional em Defesa da Educação, em 85, precedida de uma ampla discussão nas bases das diversas categorias envolvidas. A ANDES poderá impulsionar a organização dessa plenária lançando desde já uma campanha pela aplicação imediata da Emenda João Calmon.

A existência da ANDES é imprescindível para o M.D. e é a sua maior conquista. Sabemos da importância e da necessidade de desenvolvermos lutar organizadas nacionalmente, com base numa estrutura democrática e autônoma. Da mesma forma os trabalhadores sentem essa necessidade e hoje constroem uma Central Sindical independente que unifica as reivindicações das mais diversas categorias em todo o país. Neste sentido, a construção e a implantação da Central Única dos Trabalhadores — CUT — nos diz respeito. A ANDES contribuirá efetivamente no processo de organização dos trabalhadores se filiando à CUT. Isto significa, antes de mais nada, a continuidade de nossa luta, a reafirmação de nossos princípios e o fortalecimento de nossa organização independente.

Eloah de Castro Campos
Depto. de Arquitetura e Urbanismo

Nota de repúdio à não designação dos eleitos para o CCB

O conflito entre a estrutura autoritária, herança de vinte anos de arbítrio, e a legitimidade na Universidade, mais uma vez é vivido na UFSC, quando após eleições paritárias realizadas em nove dos dez Centros e os eleitos referendados nos Conselhos Departamentais, o Centro de Ciências Biológicas (CCB) não tem seus nomes designados para a direção do Centro.

O processo que serviu para a designação do Reitor da UFSC e dos demais diretores de Centro e representa uma conquista da luta de estudantes, servidores e professores é negado para o CCB. Com isto, compromete-se, arbitrariamente, toda a democratização da Universidade.

O que se pretende?
Afirmar que o Poder ainda detém

suas prerrogativas de nomear somente aqueles do seu agrado? Ou afirmar que apesar da vontade expressa pela maioria da comunidade universitária, em alguns setores não serão admitidas escolhas democráticas?

Diante deste fato discricionário e discriminatório não podemos deixar de apresentar o mais veemente repúdio a essa atitude que em nada contribui para o bom andamento da vida universitária.

Diretório Central dos Estudantes
"Luiz Travassos"
Centro Acadêmico Livre de
Biologia
Centro Acadêmico de Farmácia e
Bioquímica
Associação dos Professores da UFSC
27/12/84

5. Bibliografia

1. ESCOREL, Ana Luisa. Brochura brasileira:objeto sem projeto.
Rio de Janeiro, J, Olympio; Brasília, INL, 1974.
2. AMARAL, Luís .Técnica de jornal e periódico/Luís Amaral.-
2.ed.-Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro; Brasília:INL, 1978.
3. DELARBRE, Raul Trejo. La Prensa Marginal. 2ed. México:Edições
"El Caballito"; México, 1980.
4. BORDENAVE, Carvalho. Planificacacion Y Comunicacion. 1ª ed.
Quito: Edições CIESPAL, 1978.
5. CRAIG, James . Produção gráfica .